

**Aula 9 - Profs. Carlos
Roberto e Márcio
Damasceno**

*PRF (Policial) Discursivas - Sem
correção - 2023 (Pre-Edital)*

Autor:
**Carlos Roberto, Marcio
Damasceno**

Sumário

Introdução.....	3
Padrões de resposta do bloco de temas 4 – Trânsito e temas específicos para PRF	5
Tema 31.....	5
Proposta de solução.....	6
Tema 32.....	8
Proposta de solução.....	9
Tema 33.....	10
Proposta de solução.....	12
Tema 34.....	13
Proposta de solução.....	15
Tema 35.....	16
Proposta de solução.....	17
Tema 36.....	19
Proposta de solução.....	20
Padrões de resposta do bloco de temas 5 – Temas gerais.....	22
Tema 37.....	22
Proposta de solução.....	23
Tema 38.....	25
Proposta de solução.....	26
Tema 39.....	27
Proposta de solução.....	28
Tema 40	30
Proposta de solução.....	32

Tema 41.....	34
Proposta de solução.....	35
Tema 42	36
Proposta de solução.....	38
Tema 43.....	39
Proposta de solução.....	41
Tema 44	42
Proposta de solução.....	43
Tema 45	44
Proposta de solução.....	45
Tema 46	47
Proposta de solução.....	48
Tema 47.....	50
Proposta de solução.....	51
Considerações finais	53
1.1 - Treine sua caligrafia	54
1.2 - Seja Objetivo.....	54
1.3 - Cuidado com os textos motivadores	54
1.4 - Prefira responder às perguntas na ordem apresentada	54
1.5 - Controle seu tempo	54
1.6 - Mantenha-se positivo	55
1.7 - Alimentem-se durante a prova.....	55
1.8 - Revise seu texto e verifique se a progressividade temática foi respeitada	55

INTRODUÇÃO

Queridos amigos e futuros servidores, é com um imenso prazer que chegamos à última aula do curso. Temos a convicção de que conseguimos explorar bem alguns importantes tópicos do edital, bem como as características essenciais do texto dissertativo. Se fizerem um bom estudo das nossas aulas, com revisões permanentes, e tomando o devido cuidado quanto aos apontamentos que fizemos em seus textos para evitar que os erros cometidos não se repitam, certamente vocês farão uma boa prova no próximo certame.

Ficamos muito felizes em poder contribuir com a preparação de vocês e, principalmente, com os “feedbacks” positivos que temos recebido. Saibam que o melhor aprendizado é aquele que adquirimos ao transmitirmos nosso conhecimento.

Se tiverem a oportunidade de ajudar outras pessoas, não hesitem em fazê-lo! O conhecimento deve ser compartilhado mesmo àqueles que serão seus concorrentes (prefiro chamá-los de futuros colegas de trabalho).



vocês ganham muito mais com esse espírito de “companheirismo” do que tratando uns aos outros como “concorrentes”.

Agradecemos, também, imensamente pelas críticas que recebemos. Sem elas ficaria mais difícil perceber nossas falhas e visualizar as oportunidades de melhoria...

Colocamo-nos à disposição de todos vocês nesta jornada rumo à aprovação e não deixem de nos enviar e-mails com as notícias de sucesso! Com a dedicação e disciplina de vocês, **certamente serão muitas!!!**

Antes de iniciarmos nossa última aula, gostaria de compartilhar um pouco da minha história com vocês. Muitas pessoas me questionaram como foi a minha preparação para alcançar êxito nessa difícil trajetória de “concurseiro”. A partir disso, e na esperança de que possamos contribuir mais um pouco com sua rotina de estudos, segue abaixo um **texto motivacional** que pode servir de orientação e incentivo àqueles que estão em busca do seu lugar ao sol no serviço público!

“Comecei minha vida de “concurseiro” aos 21 anos, quando prestei meu primeiro concurso para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFTT. Foram oito meses de muitos estudos e tive a felicidade de ser aprovado logo no primeiro.

Antes de começar a minha preparação, eu não sabia absolutamente nada das matérias que caíam naquele concurso. Cheguei a acreditar que havia escolhido o cargo errado, haja vista que estava cursando ciências contábeis. Em pouco tempo de estudo, mesmo rodeado de advogados e alunos do curso de direito, comecei a me destacar nos simulados. Pude perceber que, no mundo dos concursos, o que faz a diferença é a quantidade de horas de estudo PARA CONCURSO, e não a quantidade de diplomas que a pessoa tem ou tempo de estudo dentro de uma universidade. O foco é completamente diferente.

Após cinco anos de TJDF, resolvi voltar a estudar almejando cargos maiores. A meta era o Tribunal de Contas da União – TCU. Prestei duas vezes esse concurso, por dois anos consecutivos, e bati duas vezes na trave. Os concursos do TCU que prestei foram fundamentais para minha aprovação no BCB, pois o conhecimento é cumulativo e não se perde. Foi justo eu não ter passado, pois cometi várias falhas e só depois tive maturidade para corrigi-las. Concluí que alcançar um cargo de excelência na Administração Pública não seria nada fácil. Confesso que fiquei desanimado de estudar, pois já estava em uma posição interessante no TJDF e tinha uma banda (sou músico nas horas vagas) com uma postura bem profissional, a qual ocupava uma boa parte do meu tempo.

Em setembro de 2012, resolvi voltar a estudar. Não sabia exatamente para qual concurso eu iria direcionar meus estudos e separei uma semana com o intuito de pesquisar quais possíveis concursos ocorreriam em 2013. Havia diversas opções: STN, MPU, Gestor, Perito da Polícia Federal, TCU, BCB etc. Por que não fazer todos? Acredito que o foco é imprescindível para obter a aprovação em concursos públicos. Os conteúdos são enormes e não se pode querer abraçar o mundo. Pesquisei minuciosamente informações sobre as carreiras, prazos até a prova e, principalmente, quantidades de vagas prováveis no certame.

O BCB me despertou o interesse por três motivos: o primeiro, era a quantidade de cargos vagos e aposentadorias no momento da minha pesquisa, e era enorme a probabilidade de um concurso com muitas vagas. O segundo, é que a carreira dos analistas do BCB é bem atrativa e os servidores são valorizados pelo serviço que prestam, além dos incentivos para posteriores qualificações profissionais (mestrado e doutorado); e o terceiro, era a consciência de que uma aprovação no concurso do BCB seria a realização de um sonho meu e do meu pai, já que meu “velho” é analista aposentado de lá e sempre quis um filho seguindo seus passos como servidor daquela autarquia.

Decidido que o objetivo seria o BCB, chegou o momento de planejar meus estudos. O primeiro passo foi analisar detalhadamente o último edital, pois precisava conhecer o tamanho do “leão” que iria enfrentar. Num primeiro contato, vi que não seria nada fácil. Devorar aquele edital tornar-se-ia uma missão quase impossível sem metas e um bom planejamento. Coloquei prazos para cada matéria. Era necessário cumpri-los, pois um dos grandes fatores para obter êxito em um concurso é fechar todo o edital antigo antes da publicação do novo e, posteriormente, proceder aos ajustes necessários dos novos conteúdos com certa tranquilidade.

Em junho de 2013, consegui fechar todo o edital. Todas as matérias estavam estudadas, consolidadas e com o material mapeado e resumos prontos. Resumos? Sim, eles são fundamentais durante o período de revisão do conteúdo pós-edital. O novo edital foi publicado em agosto de 2013 e, a partir daí, o ritmo foi acelerado para conseguir fazer uma boa revisão e acrescentar os conteúdos novos.

Fiz um planejamento, modéstia à parte, infalível. Despendi atenção especial para as matérias da parte específica, já que os temas das provas discursivas estariam aí e teriam um peso muito

grande na nota final. Foram 48 redações feitas até a prova com uma média de duas ou três por semana. Todos os dias eu entrava no site do BCB para procurar artigos e assuntos que estavam em evidência. Tive a felicidade de acertar todos os temas que caíram e consegui fazer uma prova discursiva com bastante segurança sobre o assunto que fora cobrado.

Na parte objetiva, que estava absurdamente difícil, tive minhas dúvidas se atingiria a nota de corte. As questões foram polêmicas e passíveis de muitos recursos. Foi aproximadamente um ano e dois meses, com média de estudos de 10/12 h diárias, até o dia da prova.

Felizmente, após a divulgação do resultado final, meu nome estava lá. Se eu pudesse escolher um dia da minha vida para descrever a felicidade, certamente escolheria o dia da minha nomeação. Compartilho essa alegria com vocês para que saibam que o caminho é árduo, difícil, de superação diária, porém não é impossível.

Gostaria de manifestar algo que eu sempre trago para minha vida e acho que serve para todos vocês. Tentem manter uma vida correta, não só na fase de preparação, mas façam isso como um estilo de vida. Ajudem o próximo quando possível, pratiquem a caridade, tornem-se pessoas melhores. A energia é um dos fatores que nos influenciam demais em todas as etapas da vida. O caminho torna-se mais leve, suave e Deus se alegra com isso. Sei que é uma visão pessoal, mas sempre funcionou comigo e vai funcionar com você também.

Não posso deixar de citar uma pessoa que me ajudou muito e me fez descobrir um potencial dentro de mim que nem eu mesmo acreditava que tinha: à época dos estudos, minha namorada; hoje, minha esposa e mãe da nossa querida filha. Foram muitos dias ou meses sem poder vê-la e tudo o que eu pedia era sua compreensão pelo momento que eu estava enfrentando. Não é nada fácil ficar distante da pessoa que amamos, mas foi necessário. Agora, com a minha aprovação, constituímos uma bela família e tenho tempo suficiente para me dedicar ao nosso casamento.”

“De que serve ao homem conquistar o mundo inteiro se perder a sua alma?” (Jesus Cristo)

PADRÕES DE RESPOSTA DO BLOCO DE TEMAS 4 – TRÂNSITO E TEMAS ESPECÍFICOS PARA PRF

Tema 31

A Lei nº 11.705/2008, conhecida como Lei Seca, por reduzir a tolerância com motoristas que dirigem embriagados, colocou o Brasil entre os países com legislação mais severa sobre o tema. No entanto, a atitude dos motoristas pouco mudou nesses dez anos. Um levantamento, por meio da Lei de Acesso à Informação, indicou mais de 1,7 milhão de autuações, com crescimento contínuo desde 2008. O avanço das infrações nos últimos cinco anos ficou acima do aumento da frota de veículos e de pessoas habilitadas: o número de motoristas flagrados bêbados continua crescendo, em vez de diminuir com o endurecimento das punições ao longo desses anos.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Nas estradas federais que cortam o estado de Pernambuco, durante o feriadão de Natal, a PRF registrou cento e três acidentes de trânsito, com cinquenta e dois feridos e sete mortos. Segundo a corporação, seis motoristas foram presos por dirigir bêbados e houve oitenta e sete autuações pela Lei Seca. Os números são parte da Operação Integrada Rodovia, deflagrada pela PRF. Em 2017, foram registrados noventa acidentes. No ano passado, a ação da polícia teve um dia a menos.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O COMBATE ÀS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 medidas adotadas pela PRF no combate às infrações; [valor: 7,00 pontos]
- 2 ações da sociedade que auxiliem no combate às infrações; [valor: 6,00 pontos]
- 3 atitudes individuais para a diminuição das infrações. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), em 2019, houve cerca de 5.300 mortes nas rodovias federais brasileiras. Essa violência decorre, em parte, das inúmeras infrações cometidas no trânsito, cujo combate exige a participação da PRF, da sociedade e dos próprios indivíduos [tese].

Inicialmente, destaque-se a importância da PRF no combate às infrações de trânsito. Por meio da sua atividade de policiamento ostensivo e fiscalização, inibe a ocorrência de atos em desconformidade com o que prevê o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), evitando, pois, a ocorrência de infrações. Para a otimização dessa atividade, a

PRF vem adotando medidas como o aumento do seu efetivo e o emprego de tecnologia, destacando-se, por exemplo, o uso de radares móveis de velocidade e de veículos aéreos não tripulados. Outra frente de atuação são as campanhas institucionais realizadas com o objetivo de colocar em pauta o tema da segurança viária, chamando a atenção dos condutores sobre os riscos de acidentes, especialmente, nos pontos críticos, onde é elevada a ocorrência de sinistros.

Além disso, outro agente no combate às infrações de trânsito é a sociedade, principalmente como difusora de informações sobre a importância de serem obedecidas as regras fixadas no CTB. Nesse sentido, são relevantes as seguintes ações: a produção de estudos e pesquisas que proporcionem o aprofundamento técnico para a análise e tomada de decisões que facilitem a adoção de ações para a redução das infrações de trânsito; a realização de palestras em escolas, quartéis ou empresas, bem como de campanhas informativas amplas sobre a importância do cumprimento das regras para um trânsito seguro; e a discussão com o Poder Legislativo sobre oportunidades para a melhoria da legislação afeta ao trânsito e com o Poder Executivo sobre programas e políticas de combate às infrações.

Por fim, é fundamental o engajamento dos cidadãos, os quais, por meio das suas atitudes, podem diminuir as infrações no trânsito. Nesse contexto, deve-se praticar a direção defensiva, dirigir com atenção, respeitar o limite de velocidade das vias e a sinalização de forma geral, manter a distância segura entre veículos, usar o cinto de segurança e participar das campanhas de sensibilização referentes ao tema. Além disso, os condutores não devem, de forma alguma, dirigir sob o efeito de qualquer substância que possa alterar a sua capacidade psicomotora, haja vista ser este um fator que muito aumenta o risco de acidentes no trânsito, nem se distraírem com o uso de telefones celulares.

Tema 32

Excesso de velocidade. Ultrapassagens em locais indevidos. Ingerir bebida alcoólica e dirigir. A violência no trânsito depende de muitos fatores, como explica o inspetor Diego Brandão, da Polícia Rodoviária Federal. Mais de 1,2 milhão de pessoas perdem a vida devido ao trânsito todos os anos no mundo. 40 milhões ficam feridas.

“Os mortos não estão apenas nos carros, são também motociclistas, pedestres e ciclistas”. É o caso de Raul Aragão, de 23 anos, morto em outubro de 2017, em Brasília. O depoimento é da mãe do ciclista, Renata Aragão. Em 2011, a Organização Mundial da Saúde iniciou a década para um trânsito seguro. O prazo para que os governos adotem medidas é até 2020. No ano passado, a Polícia Rodoviária Federal registrou quase 90 mil acidentes graves em estradas federais, que provocaram a morte de 6.244 pessoas.

O especialista em Segurança no Trânsito e presidente do Instituto Brasileiro de Segurança no Trânsito, Davi Duarte, avalia que o trânsito brasileiro ainda é muito hostil. O especialista observa que a taxa de mortalidade é altíssima. Mesmo tendo uma população e uma frota menores, o Brasil aparece em quinto lugar entre os países recordistas em mortes no trânsito, atrás da Índia, da China, dos Estados Unidos e da Rússia. No Continente Americano, o país tem o quarto pior desempenho atrás de Belize, República Dominicana e Venezuela.

Disponível em: <http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-02/violencia-no-transito-brasil-e-o-quarto-pais-com-mais-mortes>. Acesso em 11 de outubro de 2019. (com adaptações)

A cada 10 minutos uma pessoa morre vítima de violência pública no Brasil, ou seja, 6 mortes por hora. Esse número praticamente se iguala quando se trata de acidentes de trânsito: a cada 12 minutos uma pessoa morre vítima da violência no trânsito, ou seja, 5 mortes a cada hora, conforme levantamento feito pelo Observatório Nacional de Segurança Viária.

De acordo com o estudo, o número de mortes causadas por armas de fogo, objetos cortantes e agressões em geral, nos últimos cinco anos em todo Brasil (de 2011 a 2015, ano mais recente com disponibilidade de estatísticas consolidadas), matou cerca de 260 mil pessoas no país. No mesmo período considerado pelo levantamento, foram registradas cerca de 210 mil mortes em acidentes de trânsito, o que corresponde a cinco mortes por hora, ou uma morte a cada 12 minutos. “Como podemos observar, o trânsito produz praticamente a mesma quantidade de vítimas/hora que a violência por agressões no Brasil”, destaca o diretor-presidente do Observatório, José Aurélio Ramalho.

Disponível: <https://www.onsv.org.br/observatorio-afirma-violencia-no-transito-tambem-e-violencia-publica/>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

Motivado pela leitura dos textos anteriores, redija um texto dissertativo e(ou) descritivo com o seguinte tema:

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO BRASILEIRO: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

No seu texto, aborde, necessariamente, os principais problemas gerados pela violência no trânsito e as soluções para superar a situação atual.

Proposta de solução

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, somente em 2019, mais de 31 mil pessoas perderam a vida em acidentes de trânsito. Apesar de ser um problema complexo, de múltiplas causas, a violência no trânsito possui soluções viáveis, capazes de reduzir os elevados impactos infligidos à sociedade [tese].

Inicialmente, esclareça-se que a violência no trânsito ocasiona uma série de problemas à sociedade. Uma pesquisa da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego evidenciou que seis de cada dez leitos são ocupados por pessoas feridas nesses acidentes. Isso gera uma sobrecarga no serviço de internação e emergência do Sistema Único de Saúde, o que implica redução da disponibilidade para tratamento de outras enfermidades. Além disso, a violência representa um custo de 50 bilhões por ano ao país, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Essa cifra envolve desde os custos hospitalares até os custos de produção, representados pela renda que a vítima deixa de auferir ao longo do seu afastamento ou devido a sua morte. Há, também, consequências sociais e psicológicas geradas pelos traumas, decorrentes da perda de um ente ou pelas sequelas físicas geradas em virtude dos acidentes.

Apesar de ser um grave problema, a violência no trânsito tem soluções. O ponto de partida é a conduta dos motoristas, os quais devem obedecer aos limites de velocidade, dirigir com atenção, adotar a prudência como mandamento e não ingerir, de forma alguma, bebida alcoólica. Outrossim, é necessário, contudo, contar com a participação ativa do Estado, o qual deve investir na manutenção das vias e na sua correta sinalização como forma de torná-las mais seguras; realizar campanhas educativas capazes de evidenciar o risco e as

consequências deletérias provocadas pelos acidentes de trânsito; bem como fortalecer a fiscalização como forma de dissuadir os condutores de praticarem infrações. Essa fiscalização, realizada pelas polícias, deve incorporar análises estatísticas no seu processo de planejamento, buscando identificar os pontos críticos e a melhor forma de atuar sobre eles, seja com fiscalização, sinalização, infraestrutura ou educação.

Diante do exposto, verifica-se quão grave é o problema da violência no trânsito. Apesar disso, percebe-se que a solução para minimizar o quadro está ao alcance dos condutores e do próprio Estado, os quais devem atuar de forma sinérgica e complementar, visto que a paz no trânsito é construção de múltiplos atores.

Tema 33

Carta de Serviços

A Carta de Serviços ao Cidadão é uma publicação derivada do planejamento estratégico. Nela estão descritos os serviços por meio dos quais a PRF cumpre sua missão, além de estabelecer um acordo de qualidade para prestação desses serviços, por meio da declaração de formas, prazos e metas de atendimento. A PRF compromete-se a manter prontidão ininterrupta, entregar serviços com excelência e garantir que, nos pontos onde estiver presente, a sociedade esteja segura. Em nossa carta, distinguimos a atuação da PRF em dois tipos de serviços: difusos e singulares.

No primeiro caso, está inserida a segurança entregue a toda a sociedade, tanto o enfrentamento à criminalidade, quanto a segurança viária, como a garantia da mobilidade e da logística nacional. Ambas as vertentes exigem prontidão ininterrupta. Por esse motivo, a PRF está 24 horas por dia, todos os dias, em operação. É a instituição policial do país de maior difusão de pontos de fiscalização, totalizando mais de 600 pontos onde se faz representar, perpassando por todos os 70.403 quilômetros de estradas e rodovias federais e mais de 17 mil quilômetros de fronteira brasileira.

Essa capilaridade, associada à prontidão diária, permite o pronto emprego de múltiplas capacidades, para que seja garantida a livre circulação de pessoas e bens nas rodovias federais, contribuindo, dessa forma, para a promoção e garantia de direitos pelo Estado.

Além disso, a abrangência da vigilância e dos serviços permite a geração de insumos valiosos, que são transformados em conhecimento de inteligência aplicado à segurança pública, o que torna a PRF naturalmente apta a inovar em soluções dessa natureza.

Já os serviços singulares são aqueles prestados em interesse particular ou de grupos determinados, como, por exemplo: a realização de ações educativas, a expedição de autorizações, a fiscalização de eventos e o credenciamento de empresa de escolta.

Num relacionamento mais direto com a sociedade, a PRF possui serviços que podem ser acessados diretamente pelo cidadão. Assim, por exemplo, pode-se registrar roubo ou furto de um veículo diretamente por meio de canais abertos à sociedade.

Em consonância com a Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto 10.332, de 28 de abril de 2020, a PRF está fortemente comprometida em aplicar a tecnologia em favor do cidadão, digitalizando todos os Serviços, cujo valor é potencializado a partir de sua transformação.

Disponível em: <https://portaldotransito.com.br/noticias/agente-de-transito/numero-de-mortos-e-feridos-aumenta-nas-rodovias-federais-em-2019/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020. (Com adaptações)



Mapa Estratégico 2020-2028

Missão: promover a prosperidade da Nação garantindo a segurança pública e a mobilidade no Brasil

Visão: excelência na Pronta Resposta Federal, referência em inovação, conhecimento e efetividade em segurança pública

Valores: Transparência - Respeito - Integridade - Profissionalismo - Excelência

Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/10/rodovias-federais-no-df-tiveram-maior-aumento-de-acidentes-do-pais-em-2019.ghtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A RELEVÂNCIA SOCIAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 A PRF e a logística do crime organizado. [valor: 7,00 pontos]
- 2 Exemplos de ações que demonstrem a relevância social da PRF. [valor: 6,00 pontos]
- 3 A importância de um modal rodoviário livre e seguro. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é instituição cuja missão encontra-se prevista na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), qual seja: o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Tendo isso como referência, a PRF desenvolve um conjunto complexo de atividades de notória relevância social, as quais contribuem para a prosperidade nacional [tese].

Inicialmente, esclareça-se que a relevância social da PRF decorre, dentre outros motivos, da sua contribuição na prevenção e repressão qualificada ao crime e às organizações criminosas. Interrompendo o fluxo logístico dessas organizações e inviabilizando suas estruturas especialmente nas fronteiras e divisas, a PRF retira de circulação armas, drogas, mercadorias falsificadas e bandidos, o que repercute em perdas financeiras para as facções e em seu consequente enfraquecimento. Com efeito, são notórias as ações da PRF, as quais, por meio das suas operações, como a Tamoio, retirou de circulação, de janeiro a novembro de 2020, aproximadamente, 676 toneladas de maconha. Assim, combatendo o fluxo logístico do crime, a PRF contribui para a redução da violência, um grave problema social do Brasil.

Outrossim, há vários exemplos de ações que demonstram a relevância social da PRF. Primeiramente, é destacada a participação da instituição na promoção de um trânsito mais seguro. Além da sua atividade ordinária, materializada pelas suas fiscalizações, há operações especiais, como a Rodovida, as quais buscam, também, a sensibilização dos motoristas para os perigos do trânsito. Há, ainda, ações que, apesar de pontuais, são igualmente relevantes, tais como: a escolta de carretas com carga de oxigênio para ajudar no tratamento da Covid-19 e a atuação da PRF na greve dos

caminhoneiros em 2018, colhendo informações em campo e garantindo o fluxo de pessoas e bens.

Por fim, ressalte-se a importância de um modal rodoviário livre e seguro. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte, o modal rodoviário é o que possui a maior participação na matriz de transporte, concentrando, aproximadamente, 61% da movimentação de mercadorias e 95% da de passageiros. Nesse sentido, o bloqueio ou a retenção do tráfego nas vias implica maior dificuldade em realizar as transações comerciais, o que significa entrave ao crescimento econômico do país. Outrossim, resguarda-se a liberdade de locomoção dos indivíduos, direito previsto na Constituição Federal. Dessa forma, um modal livre e seguro, além de contribuir para o desenvolvimento nacional, é um direito e uma condição para o exercício da cidadania.

Tema 34

Inédito

Lei seca completa 12 anos, muda hábito de motoristas e é foco das fiscalizações da PRF

Com a missão de proteger vidas, a PRF é um dos principais órgãos fiscalizadores da norma e alerta para os riscos da combinação álcool e direção

A Lei nº 11.705 de 2008, que ficou conhecida como Lei Seca, completou 12 anos. A norma provocou mudanças no comportamento dos motoristas e ajudou a salvar milhares de vidas no trânsito brasileiro. A aplicação dessa lei é uma das prioridades nas fiscalizações da Polícia Rodoviária Federal, que realiza milhares de testes com etilômetro por dia em todo o país.

A Lei Seca alterou o artigo 165 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), estabelecendo o limite zero para o consumo de álcool e impondo penalidades severas aos condutores que teimam em dirigir embriagados. Outra alteração se deu no artigo 306 do código, que caracterizou como crime de trânsito a mera conduta de dirigir sob influência de álcool acima de 6dg/l, sem a necessidade de haver perigo de dano. Outra grande inovação foi a penalização do condutor que se negasse a se submeter aos testes, independentemente da existência de sinais de embriaguez.

Hoje, o motorista embriagado pode ser multado em R\$ 2.934,70, valor que dobra se o infrator for flagrado novamente no período de um ano. O condutor responde ainda a processo de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e, nos casos mais graves, pode ser preso em flagrante.

Dirigir sob efeito de álcool reduz os reflexos e a capacidade de reação do motorista. Ao perder a noção de tempo e espaço necessárias para dirigir, o condutor embriagado coloca em risco a sua própria segurança e a de terceiros. Com isso, a chance de se envolver em acidentes graves, com feridos ou mortos, aumenta consideravelmente.

Apesar do rigor da Lei Seca, não é difícil flagrar nas rodovias federais do país motoristas que beberam antes de assumir o volante, o que tem provocado muitos acidentes. **Dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) mostram que, apenas no ano 2019, 5.419 acidentes em rodovias federais tiveram como causa principal o consumo de álcool. Nessas ocorrências, 5.372 pessoas ficaram feridas e, infelizmente, 324 perderam a vida.**

Por isso, o combate à embriaguez ao volante é uma constante na PRF. Somente em 2019, foram realizados quase 350 mil testes com o etilômetro – os conhecidos “bafômetros”. A fiscalização flagrou 53.319 motoristas dirigindo sob efeito de álcool. E, destes, 6.145 foram presos em flagrante devido ao índice de álcool aferido configurar crime de trânsito.

Apenas nos cinco primeiros meses de 2020, apesar da redução no fluxo de veículos nas BRs de todo país em razão da pandemia causada pelo Covid-19, **a PRF já tirou de circulação quase 20 mil pessoas que estavam dirigindo após ingerir bebidas alcoólicas e realizou mais 763 mil testes do etilômetro.** Este ano (2020), **1.971 acidentes atendidos pelos PRFs tiveram como causa principal a embriaguez ao volante.** Desses, resultaram 1.818 pessoas feridas e 120 mortas.

Percebe-se assim que somente legislação adequada e fiscalização intensa não são suficientes para diminuir a triste estatística “desenhada” por motoristas embriagados. É preciso que toda a sociedade se conscientize de que beber e dirigir são atividades incompatíveis. Que tal escolher o “amigo da vez”? Que tal se divertir e voltar para casa de táxi ou veículo de aplicativo? O fundamental é que segurança e proteção à vida venham sempre em primeiro lugar. Se beber, não dirija!

Disponível em: <https://www.prf.gov.br/agencia/lei-seca-completa-12-anos-muda-habito-de-motoristas-e-e-foco-das-fiscalizacoes-da-prf/>. Acesso em 06/02/2021.
(Com adaptações)

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

DOZE ANOS DE LEI SECA: AVANÇOS e DESAFIOS

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 finalidade e avanços provocados pela legislação; [valor: 7,00 pontos]
- 2 desafios a serem superados para que se alcance, de forma plena, a sua finalidade; [valor: 5,00 pontos]
- 3 a percepção de impunidade no trânsito e o papel da PRF na modificação desse panorama. [valor: 7,00 pontos]

Proposta de solução

De acordo com a Confederação Nacional de Transporte, em 2020, nas rodovias federais, houve 63.447 acidentes e um total de 5.287 mortes. Em grande parte desses acidentes, há a presença de ingestão de álcool, substância capaz de reduzir os reflexos e alterar o comportamento do motorista, o que aumenta a probabilidade de acidentes. Como forma de reprimir a ingestão de álcool pelos condutores, editaram-se leis, a exemplo da Lei 11.705/2008, a qual ficou conhecida como Lei Seca.

Inicialmente, esclareça-se que essa série de leis provocaram diversos avanços. Um deles é que, ao longo do tempo, os limites de álcool legalmente permitidos no sangue foram sendo reduzidos até se chegar no nível atual, qual seja, zero. Além disso, houve o aumento considerável no valor da multa aplicável aos que ultrapassassem os valores legalmente estabelecidos. Por fim, destaque-se a inserção de dispositivos com o objetivo de dificultar a impunidade, a exemplo da infração configurada pela recusa a submissão a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa. Medidas dessa natureza evitaram a perda de 41 vidas, segundo o Centro de Pesquisa e Economia do Seguro.

Apesar do relativo sucesso, o cenário, para que se alcance, de forma plena, a finalidade da Lei Seca, é repleto de desafios. Um deles é a intensificação da fiscalização, fazendo com que o condutor tenha a percepção clara de que, a qualquer instante, poderá ser abordado e que, caso isso ocorra, será punido nos rigores da lei. Além disso, é necessário o fortalecimento das ações de educação e sensibilização, a exemplo da inclusão de matérias afetas ao tema na grade curricular e de campanhas educativas, engendradas por instituições públicas, como a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e privadas.

Por fim, não obstante a notável evolução legislativa nos últimos doze anos, ainda há a percepção de impunidade no trânsito. Isso se explica pela ainda reduzida fiscalização e pela noção de que os responsáveis, principalmente os que cometem infrações graves, não são punidos ou, quando são, a punição não é proporcional e é aplicada muito tempo depois do fato delituoso. Uma das instituições de relevância na modificação desse panorama é a PRF. Intensificando a fiscalização e dando maior visibilidade aos resultados dela decorrentes, a PRF demonstrará a sua presença, dissuadindo condutores que, potencialmente, consumiriam bebidas alcóolicas. Isso é particularmente relevante nas datas festivas, em que as infrações decorrentes dessa natureza tornam-se mais recorrentes.

Tema 35

Inédito

Historicamente, o trânsito foi tratado como uma questão policial e de comportamento individual dos usuários, carecendo de um tratamento no campo da engenharia, da administração do comportamento e da participação social.

De um lado um trânsito ruim e no limite criminoso, por falta de consciência dos seus perigos e por falta de punição, aproxima-nos da barbárie e do caos. Por outro lado, um trânsito calmo e previsível estabelece um ambiente de civilidade e de respeito às leis, mostrando a internalização da norma básica da convivência democrática: todos são iguais perante a lei e, em contrapartida, obedecê-la é dever de todos.

O conceito de cidadania implica conflitos, já que, de um lado, está a ideia fundamental de indivíduo e, de outro, regras universais – um sistema de leis válido para todos em todo e qualquer espaço social. Assim considerando, é fundamental destacar a dimensão de cidadania inserida no trânsito, uma vez que este configura uma situação básica de diferença, diversidade, equidade, tolerância e de direitos humanos. Diferentemente de algumas outras normas sociais, que podem ser rompidas ou ignoradas sem que ninguém perceba, as normas de trânsito produzem um efeito imediato, levando, se observadas, à manutenção da qualidade de vida do cidadão e da coletividade, ou, se desrespeitadas, a resultados desastrosos. Com isso, o trânsito configura-se em uma notável escola de e para a democracia.

No sentido do exercício democrático é que se coloca a pertinência e a legitimidade da participação da sociedade na discussão e na proposição de ações referentes ao trânsito, tido como fenômeno resultante da mobilidade dos cidadãos. É crescente a movimentação da coletividade buscando organizar-se. Por sua vez,

os governos, nos diversos níveis, paulatinamente, vêm abrindo espaços e oportunidades à participação popular.

Priorizar e incentivar a participação da sociedade e promover a produção e a veiculação de informações claras, coerentes e objetivas significa, assim, construir um ambiente favorável à implantação de uma nova cultura, orientada ao exercício do trânsito cidadão e da qualidade de vida.

Trânsito, questão de cidadania. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/01/cad-7-transitoquestaacidadania.pdf>. Acesso em 09/02/2021.

As ações educativas da PRF buscam a formação de cidadãos éticos, capazes de refletir sobre o contexto em que vivem e de atuarem como agentes transformadores na construção de um trânsito mais seguro.

Disponível em: <https://carneironoticias.blogspot.com/2017/04/festival-estudantil-tematico-de.html>. Acesso em 09/02/2021.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

TRÂNSITO SEGURO: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. trânsito seguro e cidadania; [valor: 6,50 pontos]
2. trânsito como espaço democrático; [valor: 6,00 pontos]
3. o respeito aos grupos vulneráveis no contexto do trânsito. [valor: 6,50 pontos]

Proposta de solução

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social, pois envolve os indivíduos no exercício do seu direito de se locomover livremente para a satisfação de suas necessidades. Nesse contexto, é relevante discutir a relação entre trânsito seguro e cidadania, sua expressão com espaço democrático e a proteção aos grupos vulneráveis que participam do trânsito.

Inicialmente, frise-se que, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga. Assim, o referido dispositivo legal contempla, expressamente, a participação dos diversos agentes na composição

do trânsito, os quais possuem direitos, mas também deveres a serem respeitados para que o trânsito seja seguro. É preciso, pois, que cada um deles tenha uma postura cidadã, que consiste, basicamente, na plena obediência às normas estabelecidas pelo CTB e no respeito ao direito de todos os grupos que participam do trânsito, principalmente os mais vulneráveis. [Tópico 1]

Outrossim, afirma-se que o trânsito deve ser um espaço democrático, no qual todos possam exercer os seus direitos, sem qualquer distinção de classe social, raça, idade, religião, condição física ou econômica. A noção de trânsito como espaço democrático relaciona-se diretamente à questão da cidadania, visto que somente com a compreensão de cada agente sobre a sua responsabilidade no sistema como um todo e da ação individual em conformidade com as regras indistintamente aplicáveis será possível o exercício de direitos, condição básica de uma democracia. [Tópico 2]

Diante do exposto, verifica-se que o respeito aos grupos vulneráveis é fundamental para que o trânsito seja um espaço democrático. O CTB, ao destacar a existência de uma ordem de responsabilidade no trânsito, na qual os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados, e todos, pela incolumidade dos pedestres, evidencia este mandamento. Assim, pedestres, ciclistas e motociclistas, devido a sua maior vulnerabilidade, gozam de certas preferências e devem ser motivo de atenção para carros e caminhões, por exemplo. Por fim, frise-se o papel do Estado no respeito aos segmentos mais vulneráveis. Além de leis que contemplem as suas especificidades, são necessárias ações para os proteger, como a construção de ciclovias, e a implementação de ações educativas, fundamentais para o despertar da sociedade. [Tópico 3]

Tema 36

Inédita.

Foi lançada em maio de 2011 a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, na qual governos de todo o mundo se comprometem a tomar novas medidas para prevenir os acidentes no trânsito, que matam cerca de 1,25 milhão de pessoas por ano.

Trata-se da nona causa de mortes em todo o mundo. Além disso, os acidentes no trânsito ferem de 20 a 50 milhões de pessoas a cada ano. Em muitos países, os cuidados de emergência e outros serviços de ajuda às vítimas do trânsito são inadequados.

A Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS) coordena os esforços globais ao longo da Década e monitora os progressos a níveis nacional e internacional. A agência também oferece apoio às iniciativas que têm objetivos como a redução do consumo de bebidas alcoólicas por motoristas, o aumento do uso de capacetes, cintos de segurança e a melhoria dos atendimentos de emergência.

Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/seguranca-transito/>. Acesso em: 15/12/2020.

Governo quer reduzir mortes no trânsito pela metade em 10 anos

Publicado pela Agência Brasil Brasília em 25/09/2018

O Ministério das Cidades apresentou nesta terça-feira (25) o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), com o objetivo de reduzir pela metade o número de acidentes no trânsito em um período de 10 anos.

“O Brasil, infelizmente, demorou um tempo bem mais moroso para se integrar a um compromisso junto à ONU [Organização das Nações Unidas] e OMS [Organização Mundial da Saúde] para reduzir pela metade as mortes no trânsito. No Brasil, esse número é extremamente alarmante, mas, aparentemente, a população não absorve quando não acontece próximo a ela. Estamos de fato apelando a todos os governos que possam estar conosco nessa iniciativa” destacou o ministro das Cidades, Alexandre Baldy.

Segundo ele, a estimativa é que o Brasil gaste R\$ 50 bilhões por ano com os acidentes de trânsito, que causam uma média de 45 mil mortes ao ano, cerca de 130 mortes por dia.

Criado pela Lei 13.614/2008, o Pnatrans estabelece um trabalho conjunto de órgãos de trânsito, transporte, saúde, justiça e educação, além de agrupar levantamentos feitos por entes governamentais e instituições privadas.

As metas anuais de redução dos índices para cada estado da Federação e para o Distrito Federal serão definidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) com base nas informações do Datasus.

“O Pnatrans é a ferramenta mais importante que nós temos de combate ao alarmante número de mortes no trânsito e para termos um trânsito mais cidadão”, afirmou Maurício José Alves, diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Causas de acidentes

Segundo a PRF, no topo do *ranking* de causas de acidentes com morte ocorridos em 2016 estão: desatenção por parte do motorista (30,8%); excesso de velocidade (21,9%); ingestão de álcool (15,6%); desobediência à sinalização (10%); e ultrapassagens indevidas (9,3%). Em 6,7% dos casos, os motoristas adormeceram ao volante, causando os acidentes que resultaram em mortes. Isso significa que, somadas, essas causas que têm o erro humano em comum, totalizam 94% dos acidentes de trânsito fatais.

O Ministério da Saúde, por sua vez, indica que motoristas que dirigem alcoolizados causam mais de um quinto (21%) dos acidentes ocorridos nas vias brasileiras, sendo que as principais vítimas são homens com idade entre 20 e 39 anos. De acordo com a pasta, a cada 15 minutos, o Brasil registra um óbito decorrente de acidentes de trânsito.

Relatório da OMS revela que a alta incidência pode ser observada em todo o mundo. Em âmbito global, os acidentes por transportes terrestres são responsáveis por 1,25 milhão de mortes (12% do total) e 50 milhões de feridos, constituindo a principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos.

Mudança de comportamento

Estatísticas provam que gestos simples, como utilizar o cinto de segurança, considerado item obrigatório, fazem, de fato, enorme diferença. Segundo cálculos da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o uso do cinto pode reduzir em 45% o risco de morte. A porcentagem chega a 75% no caso de passageiros transportados no banco de trás do veículo.

Conforme manual escrito pela Organização das Nações Unidas (ONU), as chances de um pedestre sobreviver a um atropelamento gerado por um motorista que trafega a 64 quilômetros por hora é 80% menor do que as de um atingido por um veículo que circula com a metade da velocidade.

Disponível em: http://vias-seguras.com/a_prevencao/pnatrans_programa_de_seguranca/mobilizacao_para_o_pnatrans/pnatrans_audiencia_publica_em_brasilia_setembro_2018. Acesso em: 07/02/2021.

Considerando o caráter meramente motivador dos textos acima, redija um texto dissertativo sobre o **Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans)**, abordando, necessariamente:

- a) o contexto da sua criação;
- b) seus objetivos;
- c) suas características.

Proposta de solução

A cada ano, milhares de brasileiros perdem a vida em acidentes de trânsito [Assunto], o que acarreta uma série de consequências negativas para a sociedade. Como

forma de reverter esse quadro, publicou-se a *Lei 13.614/2018* [tese], que cria o *Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans)* [tema].

Inicialmente, esclareça-se que esse plano surgiu como desdobramento das ações da Década de Ação para Segurança Viária, movimento global coordenado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesse sentido, o governo brasileiro vem desencadeando algumas ações legislativas para a redução de mortes no trânsito, contexto no qual o Pnatrans se insere.

Ademais, a Lei do Pnatrans incluiu o artigo 326-A ao Código de Trânsito Brasileiro de forma que as ações dos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito fossem direcionadas para o cumprimento de metas anuais de redução do índice de mortos por grupo de veículos e do índice de mortos por grupo de habitantes, ambos apurados por estado e por ano, detalhando-se os dados levantados e as ações realizadas por vias federais, estaduais e municipais.

Por meio dessas metas anuais, busca-se, como objetivo geral, ao final do prazo de dez anos, reduzir à metade, no mínimo, o índice nacional de mortos por grupo de veículos e o índice nacional de mortos por grupo de habitantes, relativamente aos índices apurados no ano da entrada em vigor da lei que cria o Pnatrans.

Outrossim, há previsão de elaboração de um plano de ação, propondo-se iniciativas pautadas em pilares fundamentais. Esses pilares abrangem diversas áreas – esforço legal,

educação para o trânsito – e conta com a participação de diversos órgãos e entidades, reconhecendo, pois, que somente uma atuação multidisciplinar, coordenada e empreendida por diversos agentes será capaz de superar o atual cenário.

Em face do exposto, é inegável que o Pnatrans constitui um avanço na legislação sobre o tema e entendimento da relevância de se discutir as questões do trânsito no Brasil, permitindo-se que o planejamento e a responsabilidade de todos sejam definidos de antemão, a fim de que as ações previstas sejam efetivamente acompanhadas e desempenhadas com eficiência.

PADRÕES DE RESPOSTA DO BLOCO DE TEMAS 5 – TEMAS GERAIS

Tema 37

Autoral

Suicídio já causa mais mortes de policiais do que confronto em serviço

343 policiais civis e militares foram assassinados em 2018, no Brasil. Em 75% dos casos, os assassinatos ocorreram quando os profissionais estavam fora de serviço. Os dados são da 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estudo também aponta que a violência à qual os policiais estão permanentemente expostos, o estresse psicológico e o acesso a armas têm causado graves efeitos: 104 policiais cometeram suicídio no ano passado. Esse número é maior do que o de policiais que foram mortos durante o horário de trabalho (87 casos). [...]

Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/suicidio-ja-causa-mais-mortes-de-policiais-do-que-confronto-em-servico/>. Acesso: 12 de janeiro de 2020.

PMs sofrem com suicídios e transtornos mentais sem apoio da corporação

Há cinco anos, o pai de Fernanda*, um **policia**l militar de Santa Catarina, cometeu suicídio no caminho para o trabalho. O corpo do PM, de 40 e poucos anos, foi encontrado logo pela manhã dentro do seu carro,

estacionado próximo à casa da família, que descobriu que a causa da morte era suicídio ao liberarem o corpo no IML. Jorge* usou a própria arma de trabalho para pôr fim à vida.

“Foi algo que ninguém esperava, fomos descobrir que ele teve depressão depois que ele se matou. A depressão dele é aquela que tem alteração de humor, ele sempre teve isso. Depois que se matou que fomos entender o que era. Meu pai nunca falou sobre isso [depressão]. No dia achamos que tinham matado ele, não sabíamos que tinha sido suicídio. Até porque só falaram para a gente que ele tinha se matado perto do velório. Foi difícil porque ele não nos contava nada. Ele era bem fechado, era o jeito dele”, diz a filha.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao/>. Acesso: 12 de janeiro de 2020

Considerando o caráter meramente motivador dos textos acima, elabore um texto dissertativo sobre o tema:

SAÚDE MENTAL DO POLICIAL NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE MARCADA PELA INSTABILIDADE EMOCIONAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- Instabilidade emocional como uma das características da sociedade contemporânea. [valor 7,00 pontos]
- Especificidades da profissão policial. [valor 6,00 pontos]
- A contribuição do Estado para a transformação da realidade no âmbito da atividade policial. [valor 6,00 pontos]

Proposta de solução

O atual desenvolvimento tecnológico e civilizatório proporciona um cenário de facilidade e comodidade sem precedentes na história da humanidade. Apesar disso, a sociedade tem sido seriamente afetada pelas doenças de cunho emocional, o que demanda uma análise detida do tema, particularmente, das suas especificidades no contexto policial.

A sociedade atual vive um surto de doenças emocionais, a exemplo da depressão e da ansiedade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão, intitulada o “mal do século”, é a principal causa de problemas de saúde e incapacidade em todo o mundo e compromete a saúde de 4,4% da população mundial. Esse quadro associa-se a fatores como: a demasiada competitividade; a hipervalorização do empreendedorismo e

da originalidade, num contexto de excesso de positividade previsto por Byung-Chul Han, na sua sociedade do cansaço; e o isolacionismo, decorrente do uso intenso da tecnologia. [Tópico 1]

Ademais, esse quadro de instabilidade é percebido de forma contundente no âmbito da atividade policial, devido às suas especificidades. Trata-se de carreira em que se fazem presentes a violência, as agressões físicas e verbais e os abusos de autoridade, os quais convergem para um cenário de desumanização e de degradação da dignidade dos quadros funcionais. A mística de que o policial é desprovido de fraquezas ou de sentimentos contribui para a formação de ambiente discriminatório em relação aos que são diagnosticados com problemas emocionais e psiquiátricos, o que dificulta o estabelecimento de um diálogo franco e aberto em nível institucional. Esse contexto provoca o surgimento de patologias emocionais, as quais têm sido responsáveis por elevado número de suicídios entre policiais. [Tópico 2]

Finalmente, o Estado pode adotar uma série de medidas para transformar essa realidade. A primeira delas é a proteção, a valorização e o reconhecimento dos profissionais de segurança pública. Isso pode ser feito pela formação, no âmbito de cada corporação, de grupos de acompanhamento da saúde mental compostos por profissionais preferencialmente externos às instituições policiais. Ademais, o aumento de suas remunerações poderá reduzir a necessidade de assumirem empregos paralelos e aliviar pressões financeiras sobre as famílias. Por fim, pode-se investir, também, em um aumento do efetivo policial como forma de reduzir a jornada total de trabalho, visto que trabalhar de forma contínua, sob condições extremas de estresse, é um elemento catalisador de distúrbios e transtornos mentais. [Tópico 3]

Tema 38

Texto I

Negacionismo prejudica não só a saúde como conquistas e avanços da medicina

O negacionismo, ou seja, a escolha de negar os fatos como forma de escapar deles, de acordo com Lília Schwarcz, professora do Departamento de Antropologia da USP (Universidade de São Paulo) costuma se fortalecer quando a sociedade se depara com situações de instabilidade, como uma crise fora do normal ou algo nunca antes presenciado na atualidade, por exemplo.

Quando em oposição às evidências científicas, a atitude negacionista encontra sustentação em teorias e discursos conspiratórios, sem aprofundamento ou isolados e até favorece disputas ideológicas e interesses políticos e religiosos.

[...]

Edison Bueno, médico sanitarista e chefe do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), diz que a negação do conhecimento científico vai contra os valores, o progresso, traz sofrimento e só é contornada quando se garante livre acesso à informação, à educação, à saúde e à discussão de ideias e debates, que, ainda segundo ele, devem se estender para além dos círculos acadêmicos.

"A ciência precisa ser exemplo para a sociedade ao ser transparente e expor os diversos conflitos de interesses que existem. Os problemas da democracia só se resolvem com mais democracia", e acrescenta: "Mesmo compreendendo que devemos ter autonomia para tomar decisões, não cabe aceitar atitudes ou posicionamentos que vão contra o bem-estar ou, pior, colocam em risco a vida de todos.

Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/21/negacionismo-prejudica-nao-so-a-saude-como-conquistas-e-avancos-da-medicina.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Texto II

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), os movimentos antivacina são tão perigosos quanto os vírus, porque ameaçam reverter o progresso alcançado no combate a doenças evitáveis por vacinação, como o sarampo e a poliomielite. Ainda segundo a OMS, as razões pelas quais as pessoas escolhem não se vacinar são complexas, e incluem falta de confiança, complacência e dificuldades no acesso. Entretanto, os movimentos antivacina vêm crescendo no mundo todo, inclusive no Brasil, que sempre foi exemplo internacional.

(Disponível em: www.sgmt.org.br)

Considerando os textos acima como meramente motivadores, disserte sobre o tema:

MOVIMENTO NEGACIONISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Em seu texto, mencione, necessariamente, os seguintes pontos:

a) Explique as consequências do movimento negacionista. [valor 6,00 pontos]

- b) O movimento antivacina e a dicotomia entre liberdade individual e interesse coletivo. [valor 7,00 pontos]
- c) Formas de combate ao negacionismo. [valor 6,00 pontos]

Proposta de solução

O movimento negacionista consiste na rejeição de conceitos básicos, incontestáveis e apoiados por consenso científico em favor de ideias sem fundamentação teórica e de natureza controversa. Trata-se de fenômeno que se manifesta por movimentos como o antivacina, o terraplanismo e o ceticismo climático e que tem produzido diversas consequências para a sociedade. [Introdução conceito]

Entre as suas consequências, o negacionismo provoca um retrocesso, pois repassa ao público leigo noções falsas sobre fatos cientificamente comprovados, o que provoca a desinformação e a perda de oportunidade de se promover um debate sobre os verdadeiros problemas sociais. Além disso, mina a credibilidade da ciência, que, mesmo com seus limites, é uma grande conquista humana e responsável pelo notável progresso em diversas áreas, como a da saúde. Em alguns casos, como no negacionismo climático, o desprezo pelas evidências dos efeitos das mudanças climáticas pode comprometer o futuro do planeta, principalmente quando encampada por formuladores de políticas públicas. [Tópico 1]

Inserido nessa lógica, como expressão perniciosa do negacionismo, o movimento antivacina tem ganhado muitos adeptos, a despeito da comprovada contribuição das vacinas no combate às doenças. Quem opta por não se vacinar levanta o princípio bioético da autonomia, de acordo com o qual as pessoas, no uso da sua liberdade, têm o direito de decidir

sobre questões que envolvam suas vidas. Contudo, não se pode desprezar que essa decisão produz impactos diretos sobre a saúde da coletividade, visto que a baixa cobertura vacinal compromete o efeito chamado de "imunidade de rebanho": quando a vacinação em massa de uma comunidade interrompe a cadeia do processo infeccioso, protegendo inclusive quem não foi ou não pode ser vacinado. [Tópico 2]

Por fim, diante desse cenário, é fundamental que a ciência estreite seus laços com a população e torne mais acessível a sua forma de se comunicar com as pessoas, de modo que o cidadão comum possa compreender a robustez dos seus procedimentos e a confiabilidade das informações que divulga. Por sua vez, a sociedade pode e deve contribuir, principalmente, na seletividade das fontes de informação que tem utilizado para formar as suas convicções e com a busca da racionalidade em detrimento das emoções. Além de buscar informações de diferentes fontes e vertentes ideológicas, deve sempre questionar a origem da informação e as credenciais de quem a divulga. [Tópico 3]

Tema 39

Toffoli: racismo estrutural está disseminado na sociedade brasileira

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse hoje (7) que o racismo estrutural está disseminado na sociedade brasileira. Toffoli participou da abertura do seminário Questões Raciais e o Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que também é presidido por ele.

Durante discurso de abertura, Toffoli citou pesquisas que mostram que os níveis de vulnerabilidade social da população negra são maiores, incluindo a desigualdade no mercado de trabalho e no próprio Judiciário.

“O racismo estrutural está disseminado na sociedade brasileira. Muitas vezes não existe uma vontade deliberada de discriminar, mas se fazem presentes mecanismos que dificultam a participação da pessoa negra no espaço de poder”, afirmou.

De acordo com o presidente do STF, a Constituição determina que a igualdade deve ser alcançada por todas as instituições públicas e privadas. “A Constituição de 1988 agrega como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Em seguida, o procurador-geral da República, Augusto Aras, destacou a importância da realização do seminário e disse que o debate é uma oportunidade de reflexão sobre o racismo estrutural e institucional nos órgãos de Justiça e no Ministério Público.

“A história brasileira registra reiterados exemplos de exclusão de grupos, cujas consequências perduram no tempo. A escravidão de negros e índios no Brasil é certamente um dos mais graves exemplos e que até hoje exige esforços do Estado e da sociedade no combate às desigualdades que gerou, evidenciadas no contexto epidêmico em que vivemos”, afirmou.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-07/toffoli-racismo-estrutural-esta-disseminado-na-sociedade-brasileira>. Acesso em: 21/07/2020. Com adaptações.

Considerando que o texto acima é unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Em seu texto, aborde, necessariamente:

- a) a perspectiva estrutural do racismo; [valor: 7,00 pontos]
- b) racismo e violação dos direitos humanos; [valor: 6,00 pontos]
- c) a discriminação positiva como forma de combate. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

O racismo é um grande problema da sociedade brasileira, cujas raízes remontam ao seu passado escravagista. Em virtude do seu caráter estrutural e das violações aos direitos humanos que dele decorrem, é necessário elaborar soluções para o seu enfrentamento.

Numa de suas perspectivas, o racismo se manifesta de forma estrutural, remetendo a um contexto de naturalização de ações, comportamentos e estruturas sociais que reforçam ou promovem o preconceito racial. Segundo essa lógica, o racismo encontra-se entranhado e

enraizado na estrutura social, a qual se organiza para a manutenção dos privilégios pelos que os detêm. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais da metade da população se autodeclara negra. Apesar disso, causa espanto a muitos encontrar negros em posições de liderança em grandes empresas ou frequentando espaços reservados aos que dispõem maior poder aquisitivo, situações que mostram a normalização da segregação racial e da divisão de papéis com base no fenótipo do indivíduo na sociedade.

Outrossim, o racismo consiste em grave violação aos direitos humanos. Após a abolição da escravidão, não houve políticas de inserção da população negra no mercado de trabalho e na sociedade. Assim, estereotipados como indolentes e preguiçosos, sem terras e sem ocupação, deu-se início ao processo de exclusão social observado até os dias atuais. Nesse contexto, observa-se um quadro em que vários direitos humanos lhes são suprimidos, como o à dignidade ou à vida. Como prova disso, basta observar os inúmeros casos de violência motivados pela cor da pele, inclusive contra pessoas famosas, como a jornalista Maria Júlia Coutinho, e a desigualdade racial na letalidade no Brasil, pois, segundo o Atlas da Violência de 2019, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

Por fim, a discriminação positiva é o conjunto de ações que objetivam proporcionar a igualdade material, assegurando que grupos excluídos possam gozar, efetivamente, dos mesmos direitos dos demais indivíduos. Trata-se, pois, de ferramenta passível de emprego no combate ao racismo, atuando na redução das assimetrias estruturantes na formação da sociedade e permitindo que se rompa um ciclo de exclusão vivenciado pelas minorias raciais. Um exemplo de ação desse tipo é a política de cotas nas universidades públicas, a qual, pela garantia do acesso ao ensino superior, possibilita a inserção no meio acadêmico de indivíduos que, em

razão da sua condição histórica, têm menos chances de se educar, crescer profissionalmente e ascender socialmente.

Tema 40

Produzindo impunidade

É muito comum ouvir de autoridades e de vários candidatos a cargos públicos na véspera da eleição sugestões de endurecimento penal como panaceia para o grave quadro de violência que atinge o Brasil. Para os defensores dessas medidas se faz necessário alterar a legislação penal para punir com mais “rigor” os criminosos.

O que em geral não é dito pelos que defendem essas propostas é que as leis, embora instrumentos fundamentais na busca por justiça, não resolvem por si só o problema da impunidade. Nem as legislações mais draconianas são capazes de punir adequadamente se as instituições do sistema de justiça criminal não forem capazes de investigar, produzir provas e processar os criminosos.

Os dados divulgados pelo Monitor da Violência após um ano de acompanhamento de 1.195 casos de homicídios cometidos de 21 a 27 de agosto de 2017 evidenciam a disfuncionalidade das políticas de segurança pública no Brasil. Mais de 680 casos ainda estão em andamento e em 506 a autoria do crime é desconhecida. Embora em 469 casos as polícias civis identifiquem os autores dos homicídios, em apenas 215 casos houve a prisão dos agressores.

De acordo com a pesquisa “Onde mora a Impunidade”, do Instituto Sou da Paz, o indicador mais confiável para avaliar a efetividade de uma investigação criminal de homicídio é a taxa de esclarecimento, que corresponde à relação entre o número de denúncias oferecidas e o número de crimes registrados. Sob essa métrica, os dados levantados pelo Monitor da Violência indicam uma taxa média de esclarecimento de homicídios de 22,4% no Brasil. Isso significa que, a cada 10 homicídios, apenas 2 geram uma denúncia com potencial para se tornar um processo e chegar a uma condenação no Tribunal do Júri.

[...]

Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2018/09/05/produzindo-impunidade.ghtml>. Acesso em 23 de junho de 2020. (Adaptado)

O Brasil é o paraíso da impunidade para réus do colarinho branco

Vivemos no paraíso da impunidade dos colarinhos brancos. A pena da corrupção, no Brasil, é uma piada de mau gosto. Embora a pena máxima, de 12 anos, impressione, a tradição nacional orienta que a punição fique próxima à mínima, que é de 2 anos.

Uma pena inferior a 4 anos, quando não é cumprida em regime aberto, em casa e sem fiscalização (na falta de casa de albergado), é substituída por penas restritivas de direitos – ou seja, prestação de serviços à comunidade e doação de cestas básicas. Para piorar o cenário, decretos de indulto natalino determinam a extinção dessas penas após apenas um quarto delas terem sido cumpridas, ainda que penas alternativas não gerem superlotação carcerária, a qual o indulto, em tese, buscaria remediar.

Além de ser baixa, a pena raramente é aplicada contra colarinhos brancos. Ela prescreve. Advogados habilidosos, contratados a peso de ouro – do nosso ouro, desviado dos cofres públicos – manejam petições e recursos protelatórios sucessivos até alcançarem a prescrição e, conseqüentemente, a completa impunidade dos réus. O sistema estimula a barrigada.

Nosso sistema prescricional, aliado ao congestionamento dos tribunais, é uma máquina de impunidade. Somos o único país com quatro instâncias de julgamento, que abrem suas portas à bem manejada técnica recursal. Dentro de cada uma, são possíveis novos recursos, alguns dos quais se repetem sem fim. Enquanto a Corte Suprema americana julga cem casos por ano, a nossa julga cem mil casos por ano.

A prescrição criminal foi criada para estabilizar relações sociais diante da inércia do autor da ação penal, mas hoje ela funciona como uma punição do autor e, conseqüentemente, da vítima e da sociedade, por uma demora do Judiciário da qual aqueles não têm qualquer culpa.

É como se você planejasse uma viagem de São Paulo ao Rio de Janeiro e a estivesse em seis horas. No trajeto, entretanto, enfrenta-se congestionamento decorrente do excesso de veículos, o que permite que a viagem só seja concluída após oito horas. Então, uma bruxa má, chamada prescrição, determina o cancelamento da viagem num passe de mágica, devolve-o a São Paulo e o condena a nunca mais sair de lá.

Assim foi no caso Propinoduto, que apurou corrupção de fiscais estaduais do Rio de Janeiro, os quais esconderam propinas na Suíça que chegaram a US\$ 34 milhões. A acusação aconteceu em 2003, mesmo ano em que a sentença foi proferida, condenando os auditores. Mas, lembrem-se, no Brasil réus ricos alcançam quatro julgamentos, e esse foi só o primeiro.

O segundo julgamento aconteceu em 2007. O terceiro, em dezembro de 2014, e ainda pendem recursos para o mesmo tribunal. Em 2013, a Suíça ameaçou devolver o dinheiro para os réus, em razão da demora. Se o quarto julgamento demorar o mesmo tempo que o terceiro, esse caso será concluído em 2021, quase 20 anos após a acusação e mais de 20 anos após os fatos, que ocorreram desde 1999.

Guardei a cereja do bolo para o fim: os crimes de corrupção já prescreveram. É como se a corrupção jamais tivesse existido, embora tenha sido amplamente provada e os réus tenham sido condenados.

Infelizmente, essa é a regra em relação aos colarinhos brancos. O caso Maluf prescreveu no tocante ao político, embora tenham sido encontradas centenas de milhões de dólares no exterior. O caso Luís Estêvão, relacionado a desvios de dinheiro público na construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, prescreverá ano que vem, se não se encerrar até lá.

Analisei dados fornecidos pelo Estado do Paraná e constatee que ou não há corruptos do colarinho branco que desviem milhões no Paraná, ou eles não vão para a cadeia. Se esse fosse um teste de múltipla escolha, optaria pela segunda alternativa com segurança.

O Paraná tem quase 30 mil presos, e apenas 53 deles cumprem pena por corrupção. Eles todos, menos dois, praticaram crimes como furto, roubo, tráfico de drogas, embriaguez ao volante ou contrabando. Em geral, tentaram corromper o policial que efetuou a prisão. Dos dois restantes, um foi submetido a medida de segurança, o que indica que é alguém que está fora do juízo pleno, e outro é um oficial de justiça que recebeu gratificação para cumprir um mandado. Nenhum dos presos tem o perfil do corrupto que desvia milhões.

Não há dúvidas de que a corrupção é, no Brasil, um crime de baixo risco. Para réus do colarinho branco, o sistema de justiça penal ainda tem que melhorar muito para ser ruim, quanto mais para ser bom. Os mais reconhecidos estudiosos da corrupção no mundo dizem que, se queremos ser um país livre da corrupção, ela deve ser um crime de alto risco.

Deve ter uma punição séria e que seja aplicada. [...] Até mudarmos a legislação, criando um ambiente menos favorável à corrupção, seremos o paraíso dos grandes corruptos e o inferno daqueles que sofrem diariamente com a falta do dinheiro desviado na educação, na saúde, no saneamento e na segurança pública.

Adaptado. Deltan Dallagnol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2015/10/01/brasil-e-o-paraíso-da-impunidade-para-reus-do-colarinho-branco.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 19 de junho de 2020.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca das **causas da impunidade no Brasil**, discutindo soluções para a redução da impunidade no país.

Proposta de solução

Apesar de contar com uma das maiores populações carcerárias do mundo, o Brasil é conhecido como o país da impunidade. Esse sentimento não é desprovido de fundamento, pois há diversos fatores que contribuem para que, de fato, o responsável pelo cometimento de um crime não seja punido, entre os quais mencionam-se a baixa taxa de esclarecimento de crimes no país e a incidência prescrição. [Introdução]

Inicialmente, destaque-se a baixa taxa de esclarecimento no país, a qual evidencia a relação entre o número de denúncias oferecidas e o de crimes registrados. De acordo com a pesquisa "Onde mora a impunidade", em relação aos homicídios ocorridos em 2016, essa taxa chega a apenas 10%, ou 20% em alguns estados. Isso reflete a existência de limitações

na capacidade investigativa de algumas Polícias Cíveis, a quem cabe, em regra, a instrução de um inquérito que aponte indícios de autoria e materialidade acerca de um determinado delito. Esse fato grave é ainda mais grave por se tratar de um crime de elevado potencial lesivo à sociedade, aumentando a angústia e o sentimento de impunidade.

Além disso, outro elemento que intensifica a impunidade no país é a incidência de prescrição. Não obstante ser um instituto jurídico importante como forma de proporcionar segurança jurídica e estabilizar as relações sociais, a prescrição tem sido usada para garantir a impunidade, principalmente nos crimes cometidos por indivíduos de maior capacidade econômica. Esses réus têm condições financeiras para contratar e manter advogados ou escritórios de advocacia renomados, com bom trânsito no meio jurídico, capazes de explorar as inúmeras possibilidades recursais existentes no processo penal brasileiro, fazendo com que o processo não se desenvolva e que a pretensão punitiva do Estado seja fulminada.

Por fim, apesar de problema complexo, há condições de reduzir a impunidade no Brasil. Uma das soluções é o maior investimento nas polícias, capacitando-as para que desempenhem um papel de inteligência e investigação, de modo a serem aptas a desarticular grandes organizações criminosas, as quais provocam danos vultosos à sociedade. Outra frente é a reestruturação do Poder Judiciário com o objetivo de tornar mais céleres as suas decisões, investindo, por exemplo, em ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial. Finalmente, deve-se investir nos meios extrajudiciais de solução de conflitos, a exemplo da arbitragem e conciliação, como forma de desafogar o Judiciário e tornar mais ágil o andamento dos processos.

Tema 41

CESPE | CEBRASPE – CBM/AL – Oficial Combatente - 2017

A “pós-verdade” despontou para a fama graças ao Dicionário Oxford, editado pela universidade britânica, que anualmente eleger uma palavra de maior destaque na língua inglesa. Na definição britânica, “pós-verdade” é um adjetivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. Não seria então, exatamente, o culto à mentira, mas a indiferença com a verdade dos fatos. Eles podem ou não existir, e ocorrer ou não da forma divulgada, que tanto faz para os indivíduos. Não afetam os seus julgamentos e preferências consolidados.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

O negócio é que, quando só falamos com nossos iguais, não temos de encarar contra-argumentos. Aí nossas opiniões vão se tornando mais rígidas, extremas e, muitas vezes, distorcidas. Liberais ficam mais liberais, conservadores mais conservadores. Cada lado se fecha com suas certezas. Pensando na “experiência do usuário”, as redes desenvolveram ferramentas e algoritmos que recortam e recontam o mundo para nos mostrar só o que queremos ver. Uma realidade ilusória, feita sob medida para cada um de nós, para satisfazer nossos gostos, interesses e crenças. Se algo não aparece na minha *timeline*, não existe. Se os outros não concordam comigo, eu ignoro. Se um dado me contradiz, é falso. Mas, se confirma o que penso, só pode ser verdadeiro. E ponto final. Mentiras, radicalismos e obscurantismos existem desde sempre, claro. Mas agora encontram nas bolhas, filtros e caixas de ressonância das redes sociais um ambiente perfeito para a proliferação. Os efeitos da pós-verdade estão aí para quem quiser ver. No ano passado, um dos responsáveis pela campanha do Brexit admitiu: “fatos não funcionam, é preciso se conectar com a emoção das pessoas”.

Internet: <<http://cultura.estadao.com.br>> (com adaptações).

Constituição da República Federativa do Brasil

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Tendo os textos acima como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A INTOLERÂNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: A CULTURA DO ÓDIO

Em seu texto, discuta, por um lado, como as emoções e as crenças pessoais alimentam a cultura do ódio [valor: 9,50 pontos] e, por outro, como o conhecimento dos fatos, em detrimento da emoção e das crenças

pessoais, pode contribuir para a construção de uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social” [valor: 9,50 pontos].

Proposta de solução

A intolerância [tema] pode ser definida como a falta de vontade ou de habilidade para reconhecer e respeitar diferentes crenças e opiniões. Embora não seja fenômeno recente, a sociedade contemporânea experimenta uma onda de intolerância, que fortalece a cultura do ódio e dificulta a construção de uma sociedade fraterna e sem preconceitos [tese].

A cultura do ódio, na qual as pessoas que pensam de forma diferente são vistas como inimigas, é fruto de um mundo marcado pela intolerância. Em tempos de elevada polarização como os atuais, a tendência é que o diálogo racional, tolerante e compreensivo, imprescindível ao amadurecimento da sociedade, ceda lugar ao ódio, território em que predominam as emoções. Nesse contexto, os fatos, os objetivos e a realidade são suplantados pelos julgamentos e preferências consolidadas. Informações verdadeiras que, por ventura, chocarem-se com as verdades cristalizadas dos indivíduos são, simplesmente, desconsideradas e desqualificadas, criando uma seletividade cujo filtro são as crenças pessoais.

Diante desse panorama, a internet tem exercido um papel fundamental graças à possibilidade de difusão ilimitada da informação e à formação de grupos sociais herméticos, isolados em seus muros de convicção e preconceito. Vê-se que, não raramente, são divulgadas informações sem verificação da procedência ou, até mesmo, sabidamente inverossímeis. Nesse contexto, a possibilidade do anonimato e a dificuldade de identificar e punir os responsáveis encorajam a hostilidade, o radicalismo e o preconceito, recrudescendo, ainda mais, a cultura do ódio no seio social.

Por fim, para reverter esse quadro, é necessário que os indivíduos se conscientizem da importância do diálogo para a construção conjunta de ideias, para o aprimoramento de um consenso social e, por consequente, para o desenvolvimento da sociedade. É necessário que se privilegie a verdade dos fatos, independentemente se favorável ou desfavorável a determinada convicção ideológica. Nesse sentido, destaca-se a importância de se valorizarem meios idôneos de divulgação das notícias, de se verificarem os diferentes vieses dos fatos, como forma de construir opinião mais aprofundada e checar a veracidade antes de propagar a informação. Dessa forma, à medida que avançar o racionalismo nas relações interpessoais, o ideal social previsto no Preâmbulo Constitucional estará mais próximo da sua concretização.

Tema 42

Corrupção - uma questão cultural ou falta de controle?

Suborno, propina, carteirada, “rouba, mas faz”. Casos como Mensalão e Operação Lava Jato estampando manchetes de jornal. Quem já não escutou alguém dizer que no Brasil a corrupção é algo natural? Muito se fala que ela faz parte de quem somos. No entanto, a corrupção é fenômeno inerente a qualquer forma de governo, seja democrático ou despótico, em países ricos ou em desenvolvimento. Então o que nos faz acreditar que a prática é uma característica brasileira, parte do modo de viver que nós chamamos de “jeitinho brasileiro”?

Bem, primeiro vamos entender o que é corrupção. A palavra corrupção vem do latim *corruptus*, que significa quebrado em pedaços. Na república romana, ela se referia à corrupção de costumes. No mundo contemporâneo, sua prática pode ser definida como utilização do poder, cargo público ou autoridade – também chamada de tráfico de influência - para obter vantagens e fazer uso do dinheiro público ilegalmente em benefício próprio ou de pessoas próximas.

[...]

Para muitos, a corrupção é um fator moral e cultural. Como descreveu o antropólogo Sérgio Buarque Holanda no livro *Raízes do Brasil* (1936), o brasileiro (segundo ele, um indivíduo cordial, que pensa com a emoção) teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade, o que se refletiria nas suas relações com outros indivíduos, instituições, leis e a política.

Esse comportamento explicaria a origem, mais tarde, do "jeitinho brasileiro". Nessa predisposição à informalidade, entre o que pode e o que não pode por meios legais, a malandragem, o "jeitinho" e frases como "você sabe com quem está falando?", como cita Roberto DaMatta, surgem como formas de se obter vantagens e burlar regras seja no âmbito do poder seja nas nossas relações do dia a dia.

Disponível em: www.vestibular.uol.br/atualidades Acesso em 09 de junho de 2020. Texto original escrito por Andreia Martins. (Adaptado).

Corrupção - uma doença social

Sair às ruas para protestar contra a corrupção tem sido um ato cada vez mais comum. Claro, a corrupção está aí, corrompendo nossas instituições, "surrupiendo" o dinheiro dos nossos impostos, dizimando o pouco de esperança que resta em uma população "honesta", que honra com seus mais profundos preceitos éticos, códigos morais e que educa seus descendentes pelo exemplo...

A corrupção é uma praga realmente, um mal que precisa ser combatido. Mas vejamos só... Pensando no antídoto...

A corrupção é uma síndrome que se manifesta apenas em políticos e administradores de grandes construtoras? É uma doença transmitida por algum inseto? Um inseto que escolhe quem picar? Ela é genética, é transmitida de uma geração para outra? Ela foi importada de outro país ou quem sabe de outro planeta?

Não, claro que não! A corrupção nasce em nossas casas, todos os dias. Está presente dentro do nosso mais profundo ser, enraizada em velhos e novos hábitos. Ela se perpetua como uma praga, age como o mais potente vírus, pois é capaz de se reinventar a uma velocidade incalculável. Parece muitas vezes invisível, mas ataca todas as raças e classes sociais. O período de incubação é variável, em alguns casos pode nunca se manifestar. Mas quem padece deste mal nega sempre que está doente...

A corrupção está presente em nossas casas, nas ligações irregulares de água, na TV a cabo pirata, nos filmes baixados por *torrent*, na versão "beta" do Windows e de todo o pacote Office, na árvore cortada sem autorização, no valor do imóvel subestimado, no imposto de renda parcial.

A corrupção está presente nas ruas, no desrespeito às vagas preferenciais, no suborno ao guarda, no bem achado e não devolvido, no troco errado não relatado...

A corrupção está presente nas escolas, nas provas coladas, nos trabalhos plagiados, nas respostas compradas, no livro "xerocado"...

Ela está presente nas empresas, nos impostos omitidos, no "por fora" do trabalhador, na contratação informal, nos favorecimentos contratuais, na nota fria...

E não podia ser diferente, ela está presente nos órgãos públicos, nas licitações direcionadas, nas decisões políticas onerosas, nas indicações pessoais...

A ocasião e a oportunidade fazem o corrupto, se a corrupção vem de berço, o político é mero retrato de uma sociedade corrupta. Ele não é a causa dos problemas, mas a consequência de uma epidemia de doentes morais, de cegos éticos, que fecham os olhos para os pequenos atos de corrupção do dia a dia.

Por isso, protestar é um direito, mas não praticar atos de corrupção é mais do que uma obrigação."

ZSCHORNACK, Thiago. Disponível em:
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/corrupcao-uma-doenca-social.htm>.
Acesso em 09 de junho de 2020.

Considerando os textos acima como meramente motivadores, redija um dissertativo sobre:

CORRUPÇÃO: PROBLEMA SOCIAL A SER COMBATIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA INDIVIDUAL

No seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) corrupção como um problema social; [valor: 7,00 pontos]
- b) males provocados à sociedade; [valor: 6,00 pontos]
- c) papel do cidadão no combate à corrupção. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

A corrupção é um problema histórico e, no Brasil, vem desde o período colonial, o qual teve como característica o patrimonialismo e o clientelismo. Trata-se de um grave estorvo social, que traz sérios prejuízos à sociedade, exigindo por parte dela ações para a superação do problema.

No que pese haver uma noção generalizada de que é restrita à classe política, aos gestores públicos e estatais, pode-se afirmar que a corrupção é um fenômeno social. Isso porque encontra-se disseminada de forma ampla na sociedade, evidenciada por atitudes antiéticas, que passam, muitas vezes, completamente despercebidas por quem as pratica e pelos demais cidadãos que as testemunham. Além da falta de percepção dos valores envolvidos nos próprios atos de cada indivíduo, há também um senso coletivo de que pequenos deslizes são tolerados, advindo da noção de que há delitos de muito maior envergadura sendo cometidos sem qualquer responsabilização. Nesse sentido, apesar de a corrupção alheia ser amplamente condenada pela sociedade, a praticada pelos membros dessa sociedade é vista com leniência, ressaltando

a existência de um falso moralismo permeando a questão, o que dificulta a sua percepção e superação.

Outrossim, as consequências danosas da corrupção deixam marcas evidentes na sociedade. Uma delas é a desmoralização das instituições e do próprio regime democrático, pois, em face de tantos casos de desvio e da enorme impunidade, a sociedade passa a não mais acreditar no funcionamento das instituições e, por conseguinte, da própria democracia. Outra consequência é a degradação da prestação dos serviços públicos, visto que o dinheiro desviado ilicitamente deixa de ser empregado para a satisfação do interesse da comunidade, como na construção, ampliação e manutenção de estradas, hospitais, escolas, entre outros. Dessa forma, vê-se que a corrupção é fenômeno que penaliza severamente a população, o que enseja a adoção de providência para a reversão desse quadro.

Nesse sentido, uma das providências a serem adotadas pela população parte da valorização do voto como elemento de construção de uma classe política mais ética, cabendo, pois, uma análise criteriosa do perfil dos candidatos antes da escolha. **Por fim**, deve haver por parte de cada indivíduo uma avaliação permanente sobre a lisura dos próprios atos e uma baixa tolerância com a corrupção alheia mesmo que, de alguma forma, isso lhe favoreça. Trata-se de medida fundamental para criar e disseminar uma cultura de valorização da ética, moldando as gerações vindouras de forma a constituir um círculo virtuoso.

Tema 43

Senado aprova texto principal do projeto da Lei das *Fake News*

Pelo placar de 44 votos a 32, senadores aprovaram o texto principal, que ainda pode ser alterado por emendas; proposta ainda vai para a Câmara.

Em uma votação acirrada, o *Senado Federal* aprovou nesta terça-feira um projeto de lei para limitar a produção e disseminação de *fake news*. A proposta teve 44 votos favoráveis e 32 contra e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Entre outros pontos, o texto exige a rastreabilidade de mensagens enviadas por aplicativos a mais de mil usuários, identificação de conteúdos impulsionados e sanções às plataformas que descumprirem a lei. A proposta foi chamada de Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Desde que foi apresentado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-ES), o projeto sofreu diversas alterações. Ao todo, foram apresentadas 152 emendas.

Um dos pontos que causou mais controvérsia na versão final do texto é o que prevê que aplicativos como WhatsApp e Telegram guardem as informações de mensagens enviadas por mais de 5 pessoas em um período de 15 dias, alcançando um mínimo de mil pessoas, a “rastreabilidade”.

As plataformas criticam essas exigências e argumentam que ela impactaria a privacidade dos usuários.

“A criptografia permanecerá intocada. Também não estaremos criando nenhum ambiente de vigilância, pois o acesso a essa cadeia de encaminhamentos só será permitido por ordem judicial para a finalidade de investigação criminal e conforme os critérios já estabelecidos no Marco Civil da Internet”, argumentou o relator Ângelo Coronel (PSD-BA).

No texto final, Coronel manteve os artigos que preveem que as operadoras de telefonia validem o CPF dos usuários de chip pré-pago e que obrigam os aplicativos de mensagem a suspender as contas cujos números forem desabilitados. Segundo o senador, a intenção é evitar a criação de perfis falsos.

“Nesse ponto não há captura em massa de informações dos usuários, como tem sido dito por alguns. O que se busca não é diferente do que se exige hoje para aplicativos de compras *on-line*, por exemplo”, afirmou.

A proposta exige ainda que os provedores de redes sociais identifiquem todos os conteúdos impulsionados e publicitários, inclusive os eleitorais. Especialistas consideram a medida positiva e afirmam que ela facilitará a identificação de pessoas que produzem conteúdo falso.

No relatório aprovado, também há regras sobre publicidade da Administração Pública nas redes sociais, exclusão de conteúdo e autorregulação.

Disponível em: <https://exame.com/brasil/senado-aprova-texto-principal-do-projeto-da-lei-das-fake-news/>. Acesso em: 18 de setembro de 2020 [adaptado].

Considerando o texto acima como meramente motivador, redija uma dissertação sobre:

FAKE NEWS: RISCOS, LIMITES E DESAFIOS

No seu texto, aborde, necessariamente:

a) as *fake news* e a ameaça à democracia; [valor: 7,00 pontos]

b) as *fake news* e o direito à liberdade de expressão; [valor: 6,00 pontos]

c) as *fake news* e a alfabetização midiática. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

O debate acerca da veracidade das informações não surgiu no século XXI, mas o advento da internet potencializou o alcance, a escala e a velocidade das notícias falsas. As “fake news”, ou desinformação (termo mais aceito academicamente), são um grande problema social, contexto que demanda a análise acurada das questões a elas relacionadas.

Primeiramente, destaque-se que a desinformação consiste numa ameaça à democracia, principalmente, pelos riscos ao processo eleitoral. Isso porque as notícias falsas retiram do indivíduo a capacidade de discernimento e podem ser utilizadas para manipular os eleitores a votarem num determinado candidato. Esse mecanismo apresenta-se extremamente crítico num contexto em que as redes sociais detêm volumosa quantidade de informação sobre os seus usuários. Se adequadamente tratadas, essas informações permitem o delineamento do perfil de cada indivíduo e o envio de mensagens específicas, com elevado potencial de convencimento. Exemplo disso veio à tona com o escândalo da Cambridge Analytica. No caso, as informações de mais de 50 milhões de usuários do Facebook foram utilizadas por aquela empresa para criar um sistema capaz de prever e influenciar o comportamento dos eleitores.

Nesse contexto, os impactos nocivos decorrentes das “fake news” tornam latente a discussão sobre limitações a essa prática, o que suscita a questão da liberdade de expressão. A garantia constitucional da livre expressão das ideias e do pensamento é valor central a qualquer democracia, visto que esta tem como um dos seus pilares a exposição de diferentes pensamentos em busca do bem comum. Contudo, não é direito absoluto, eis que pode ser limitada quando seu uso for abusivo e, ao invés de fortalecer a democracia, enfraquecê-la. Assim, as “fake

news", pelo prejuízo que importam à democracia, por serem, em sua natureza, falsas e terem o objetivo de ludibriar e desinformar, não encontram guarida na liberdade de expressão.

Por fim, um dos desafios para a superação do problema é a alfabetização midiática, aquela que permite aos indivíduos analisarem, de forma crítica e reflexiva, bem como produzirem os conteúdos oriundos do meio digital. A importância desse tipo de reflexão pode ser mensurada pelo seguinte dado: segundo a empresa de segurança Kaspersky, 62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma notícia falsa. Destarte, é oportuno investir em educação, a fim de formar cidadãos: capazes de ter discernimento e autonomia frente a conteúdos vinculados nas mais diferentes mídias; de entender os riscos ligados à difusão de conteúdo falso e de exigir a comprovação da veracidade das informações veiculadas.

Tema 44

Cebraspe - PC_PE - 2016

À medida que o crescimento urbano avança, impulsionado ou não por novos investimentos e iniciativas imobiliárias, mais desafios a administração pública e as empresas enfrentam. Atualmente, não são as migrações as responsáveis pelo caos urbano das metrópoles brasileiras, e sim a falta de políticas públicas que freiem o inchaço habitacional. Exemplo clássico é a escassez de políticas habitacionais e de atividades econômicas que criem postos de trabalho próximos às moradias, visando descentralizar essas atividades para os anéis externos das cidades, as quais, ao evoluírem e ocuparem os respectivos territórios, tendem a manter concentradas as atividades sociais e econômicas, o que alonga os deslocamentos diários dos trabalhadores em razão do congestionamento do tráfego.

Aldo Paviani. Sustentabilidade urbana: utopia ou esperança? In: Correio Braziliense, 6/5/2016, p. 13 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: PROBLEMAS, ALTERNATIVAS E DESAFIOS

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. problemas da administração pública que dificultam a ocupação urbana ordenada; [valor: 7,00 pontos]

2. alternativas para enfrentar os problemas de mobilidade nas grandes metrópoles; [valor: 6,00 pontos]
3. desafios para a defesa social resultantes do crescimento desordenado das cidades. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

Acompanhando a tendência mundial, as cidades brasileiras têm se tornado mais populosas e extensas, fenômeno conhecido como urbanização [tema]. Entretanto, esse processo ocorreu de forma desordenada e desacompanhada da infraestrutura necessária para suportar o grande fluxo de pessoas, o que acarretou uma série de problemas, tanto para a administração pública quanto para a defesa social [tese].

Essa situação é, em grande medida, fruto dos problemas enfrentados pela Administração Pública. Nesse contexto, destacam-se: a ausência de regras para a ocupação do solo urbano, quando existentes, a falta de fiscalização e de ações concretas para o seu cumprimento, fatos que possibilitam a ocupação de áreas inóspitas e que representam risco à população; a ausência de políticas públicas consistentes que ofereçam condições de vida e trabalho em médias e pequenas cidades, como forma de evitar a migração em massa para as megalópoles; e a deficiência de políticas habitacionais que priorizem a construção de moradias próximas aos locais de trabalho, medida com potencial de desafogar o trânsito, grande problema das grandes cidades. [Tópico 1]

Não obstante a gravidade da situação, é possível sugerir uma série de alternativas para enfrentar os problemas de mobilidade nas grandes metrópoles, dentre as quais, destacam-se: a melhoria do transporte público, por meio da racionalização das linhas; a implantação e expansão da malha ferroviária urbana e de metrô; a elaboração de projetos de sistemas integrados de transporte coletivo urbano e a multiplicação de seguras ciclovias e sua integração

com outros meios de mobilidade urbana. Pode-se mencionar, também, o desenvolvimento econômico de regiões periféricas, fazendo com que as pessoas não necessitem percorrer grandes distâncias entre o trabalho e suas residências. [Tópico 2]

Por fim, esse cenário constitui grande desafio à defesa social. A violência urbana, mecanismo que rompe a paz social, é, em boa parte, consequência da falta de planejamento urbano e da falta de políticas públicas consistentes, as quais conduzem os centros urbanos a processo de favelização, que segrega a sociedade e gera tensões. Essas áreas constituem, muitas vezes, locais inacessíveis à ação estatal, fato que inibe qualquer alternativa de organização. Finalmente, o inchaço da cidade culmina numa elevada demanda por diversos serviços públicos, como saúde, educação e moradia, o que dificulta o seu oferecimento em qualidade e quantidade compatíveis. [Tópico 3]

Tema 45

EUA x China: cenários da nova guerra fria

Três décadas depois da queda do muro de Berlim, as duas superpotências do século XXI parecem lançadas a uma nova guerra fria. Os Estados Unidos e a China avançam em uma espiral de ameaças, sanções e acusações de espionagem de consequências imprevisíveis, para eles mesmos e para o resto do mundo. Do confronto nos âmbitos comerciais e tecnológicos à competição armamentista e à luta pela influência nos diversos continentes, os dois gigantes protagonizam uma disputa pela hegemonia global repleta de perigos e de final incerto.

Um regime autocrático contra uma democracia. Um enorme leque de hostilidades em todos os âmbitos, geográficos e setoriais. Espionagem, propaganda, força militar, símbolos, a história, dizem, se repete; parece ser verdade. A Guerra Fria do século XX entre o Kremlin e a Casa Branca ameaça voltar no século XXI, dessa vez entre o antigo vencedor, os EUA, e a nova potência em ascensão, a China. Nas últimas duas semanas, os dois levaram ao paroxismo um frenético baile de disputas, choques, ameaças e sanções, fechamento de consulados, acusações de espionagem e vetos de viagens, em que o passo de um foi respondido pelo outro em uma simetria tão perfeita como inquietante. Um perigoso duelo a um ritmo cada vez mais intenso, de duração e final ainda imprevisíveis. E que, seja na hora de escolher a tecnologia

5G, decidir sistemas de defesa e votar resoluções internacionais, ameaça arrastar – como na primeira Guerra Fria – o restante dos países a um e ao outro lado da pista de dança.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/eua-x-china-cenarios-da-nova-guerra-fria.html#comercial>. Acesso em: 30/09/2020. Com adaptações.

EUA mandam a China fechar consulado em Houston

Pequim considerou a ação 'uma escalada sem precedentes' da tensão entre os dois países e prometeu retaliação. Governo americano diz que busca proteger 'propriedade intelectual' e privacidade de seus cidadãos.

Os Estados Unidos determinaram nesta quarta-feira (22) o fechamento do consulado da China em Houston, no Texas. Pequim considerou a medida "sem precedentes" e estuda uma retaliação.

A decisão de fechar a representação diplomática acontece em um momento em que as tensões aumentam entre as duas maiores economias do mundo e após denúncias de que *hackers* chineses tentaram roubar dados sobre a vacina para Covid-19.

Embora não mencione a ação dos *hackers*, o Departamento de Estado americano afirmou que a medida tem o objetivo de proteger a "propriedade intelectual e as informações privadas dos americanos". O porta-voz do departamento, Morgan Ortagus, afirmou que a Convenção de Viena prevê que os diplomatas devem "respeitar as leis e os regulamentos do Estado receptor" e "têm o dever de não interferir nos assuntos internos desse Estado".

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/22/china-diz-que-eua-mandaram-fechar-seu-consulado-em-houston.ghtml>. Acesso em: 30/09/2020. Com adaptações.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

GUERRA FRIA 2.0: A ESCALADA DE TENSÃO ENTRE EUA E CHINA

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

< Guerra comercial entre EUA e China. [valor: 7,00 pontos]

< Cite e explique mais dois recentes focos de tensão na relação entre os dois países. [valor: 6,00 pontos]

< Como o mundo pode ser influenciado por esse conflito. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

Nas últimas décadas, a emergência da China como potência mundial modificou o cenário geopolítico global. Com isso, os Estados Unidos da América (EUA)

passaram a ter sua posição ameaçada pela China, fato gerador de crescente animosidade entre as duas potências.

Inicialmente, explique-se que a guerra comercial entre os EUA e a China foi motivada pelo desequilíbrio das relações comerciais entre os dois países, que, segundo o censo dos EUA, chegou a 419 bilhões de dólares em 2018. Como forma de reverter esse quadro, fortalecer a indústria, comércio e empregos americanos, o presidente americano Donald Trump, sob as bases da política "America First", vem impondo tarifas adicionais na importação de produtos chineses, política que tem sido revidada pela China. Apesar de, no final de 2019, os referidos países terem alcançado um primeiro acordo comercial que flexibilizou a incidência de algumas tarifas, essa guerra não apresenta sinais de superação, principalmente, com o acirramento das tensões provocadas pela Covid-19.

Além deste, outro foco de tensão entre os dois países envolve a empresa chinesa Huawei, fabricante de equipamentos de telecomunicação e líder na tecnologia 5G. Fundamentados na alegação de que essa empresa pode ser instrumento para espionagem chinesa, em que os dados que circulam na sua rede poderiam estar sendo coletados e entregues ao governo de Pequim, diversos países, entre eles os EUA, iniciaram uma série de boicotes à empresa, fato que tem gerado uma grande tensão entre os países. De forma análoga, o aplicativo chinês Tik Tok também vem enfrentando boicotes. O governo de Trump determinou o bloqueio desse aplicativo sob a justificativa de que os dados coletados dos seus usuários poderiam ser disponibilizados para o governo de Pequim.

Por fim, como essa disputa envolve as duas maiores economias do mundo, os efeitos recaem, de forma direta ou indireta, sobre todos os países do globo. Com o aumento das tarifas de importação em ambos os lados, os produtos americanos na China ficam menos competitivos e vice-versa, o que representa uma oportunidade para que se estabeleçam fluxos

comerciais com outros países. Por outro lado, é possível que EUA e China busquem vender os produtos que deixaram de comercializar entre si para outros países, desestabilizando alguns fluxos comerciais pré-existent. Finalmente, considerando se tratar das duas maiores economias do mundo, outra possibilidade é a de recuo da produção e do consumo generalizado, o que pode levar a uma recessão em escala mundial.

Tema 46

Inédita

ASSÉDIO VIRTUAL - 'CYBERBULLYING É QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA'

"Brincadeiras" ofensivas foram por muito tempo ignoradas por pais e responsáveis por crianças e adolescentes. Nos últimos anos, no entanto, o *bullying* passou a ser encarado de forma mais séria e hoje é considerado um problema real e frequente em todo o mundo. No entanto, com as novas plataformas de comunicação, a juventude passou a conviver com as agressões também no ambiente virtual. Tanto que o *cyberbullying* tornou-se problema de saúde pública e que pode trazer consequências graves para as vítimas.

Ansiedade, depressão e suicídio são alguns dos resultados da violência praticada entre crianças e adolescentes no ambiente virtual. Os sintomas nem sempre são percebidos pelos responsáveis, o que torna a agressão ainda mais perigosa. Falta de políticas públicas de combate ao problema e a ausência de debate nas escolas e na sociedade são agravantes.

Segundo a última pesquisa TIC Kids, de 2016, realizada pelo CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil), mais de 80% da população brasileira entre 9 e 17 anos utilizam a rede. O número de jovens que navegam na rede mais de uma vez por dia foi de 21% em 2014 para 69% em 2016.

Disponível em: < <https://www.nic.br/noticia/na-midia/assedio-virtual-cyberbullying-e-questao-de-saude-publica/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

MODELO DE MG COMETE SUICÍDIO APÓS VÍDEO DE SEXO VAZAR NA WEB

Uma notícia chocou o Brasil nesta quarta-feira, quando a Polícia Civil de Goiás divulgou que uma modelo de Minas Gerais pode ter cometido suicídio após o vazamento de um vídeo.

De acordo com O Tempo, Milena Chaves Andrade, 20, natural da cidade de Sete Lagoas, foi encontrada morta nesta segunda-feira, 27.

A moça foi encontrada por seu *personal trainer*, que foi em seu apartamento a pedido de sua família, que não conseguia contato com ela há dias.

Milena foi encontrada dentro do banheiro enforcada com o cabo de sua chapinha e, segundo as suspeitas, ela teria cometido suicídio após um vídeo em momento íntimo ter caído na *web*.

O vídeo teria viralizado entre seus colegas de trabalho e lhe causado depressão. Se a teoria for confirmada, o autor do vazamento poderá pegar até cinco anos de prisão.

Disponível em: <<http://moonbh.com.br/modelo-de-mg-comete-suicidio-apos-video-de-sexo-vazar-na-web-veja/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

CYBERBULLYING: A VIOLÊNCIA VIRTUAL

Todo mundo que convive com crianças e jovens sabe como eles são capazes de praticar pequenas e grandes perversões. Debocham uns dos outros, criam os apelidos mais estranhos, reparam nas mínimas “imperfeições” - e não perdoam nada. Na escola, isso é bastante comum. Implicância, discriminação e agressões verbais e físicas são muito mais frequentes do que o desejado. Esse comportamento não é novo, mas a maneira como pesquisadores, médicos e professores o encaram vem mudando.

Há cerca de 15 anos, essas provocações passaram a ser vistas como uma forma de violência e ganharam nome: *bullying* (palavra do inglês que pode ser traduzida como “intimidar” ou “amedrontar”). Sua principal característica é que a agressão (física, moral ou material) é sempre intencional e repetida várias vezes sem uma motivação específica. Mais recentemente, a tecnologia deu nova cara ao problema. E-mails ameaçadores, mensagens negativas em *sites* de relacionamento e torpedos com fotos e textos constrangedores para a vítima foram batizados de *cyberbullying*. Aqui, no Brasil, vem aumentando rapidamente o número de casos de violência desse tipo.

Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1530/cyberbullying-a-violencia-virtual>>. Acesso em: 11 set. 2019.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre o tema:

CIBERBULLYING: A VIOLÊNCIA PRATICADA NA INTERNET

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 causas do problema; [valor: 7,00 pontos]
- 2 consequências sofridas pelas vítimas desse ato; [valor: 6,00 pontos]
- 3 providências a serem tomadas para o combate desse tipo de violência. [valor: 6,00 pontos]

Proposta de solução

A prática da intimidação sistemática por meio virtual ou “cyberbullying” [assunto] consiste no uso do espaço virtual para intimidar e hostilizar uma pessoa. A gravidade desse

problema social exige o estudo aprofundado das suas causas, das consequências, bem como das medidas para o combate desse tipo de violência [tese]. [Introdução roteiro]

Inicialmente, destaca-se a existência de inúmeras razões para a ocorrência do "cyberbullying". Uma delas é o anonimato, o que provoca a sensação, por parte do agressor, de que não poderá ser responsabilizado pelos seus atos. Os responsáveis, geralmente, usam perfis falsos ("fakes"), acreditando estarem totalmente protegidos quanto à sua identidade real, o que, em tese, preservar-lhes-ia de qualquer responsabilização pelos seus atos ou de eventual reação por parte do ofendido. Outra causa é a cultura da intolerância, ainda fortemente presente na sociedade, que se expressa pela dificuldade de conviver com as diferenças. Não raro, a dificuldade em conceber entendimentos diversos ou culturas diferentes resulta em manifestações de violência externalizadas pelos meios digitais.

Além disso, o "cyberbullying" acarreta sérios transtornos às suas vítimas. Os sintomas iniciais incluem o isolamento, a tristeza e a exclusão do convívio social. Caso a situação não seja tratada adequadamente, traumas e problemas podem ser gerados, como baixo desempenho escolar, dificuldades em se relacionar em sociedade e dificuldade na inserção no mercado de trabalho. Nos casos mais extremos, a vítima de "cyberbullying" pode cometer suicídio, fato que, embora trágico, não é incomum, sobretudo em situações de vazamentos de fotos íntimas das vítimas.

Por fim, a seriedade da situação impõe a tomada de uma série de medidas no Brasil, mormente pelo fato de as pesquisas apontarem o país como o segundo em casos de "cyberbullying" contra crianças e adolescentes. Dentre as providências, sugere-se a capacitação de docentes e de equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; a implementação e disseminação de campanhas

de educação e informação, de forma que fiquem claras as consequências danosas desse ato para as vítimas e para a sociedade como um todo, bem como as possíveis consequências penais e cíveis para os agressores; e a criação de uma tipificação específica para o "cyberbullying" no Código Penal, o que daria maior destaque ao fato.

Tema 47

Declaração Universal dos Direitos Humanos

(...)

Art. 19 Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Internet: <www.unicef.org>.

Código Civil

(...)

Art. 187 Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Internet: <www.planalto.gov.br>.

Um desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) atendeu, em caráter liminar (urgente), ao pedido da deputada Maria do Rosário (PT-RS) para que fosse retirado do Facebook, Youtube e do Twitter um vídeo do humorista Danilo Gentili. No vídeo, Gentili rasga uma notificação extrajudicial enviada pela deputada, esfrega os papéis nas partes íntimas e envia-os de volta à parlamentar, usando linguajar pesado e irônico. A decisão reacendeu as polêmicas sobre liberdade de expressão e humor no Brasil e foi criticada por especialistas no tema. No despacho, da última quinta-feira (01), o desembargador Túlio de Oliveira Martins considera que há, no vídeo, "grave" dano à imagem da deputada e, possivelmente, ocorrência de crime. O desembargador escreve ainda que o conteúdo é de "natureza misógina, representando agressão despropositada a uma parlamentar e às instituições" e que "não é notícia, nem informação, nem opinião, nem crítica, nem humor, mas apenas agressão absolutamente grosseira marcada por prepotência e comportamento chulo e inconsequente".

Internet: <<http://cultura.estadao.com.br>> (com adaptações).

O preconceito é uma atitude negativa, composta pelo pensamento estereotipado (aquele que generaliza), por sentimento desfavorável em relação ao seu alvo e pelo comportamento de discriminação.

Esses conceitos ficam evidenciados em várias situações cotidianas. O documentário “O Riso dos Outros”, dirigido por Pedro Arantes, propõe uma discussão acerca da atitude preconceituosa incutida nas piadas.

A maioria dos comediantes que participaram do documentário, como Danilo Gentili e Rafinha Bastos, justificam o seu modo de trabalhar com o humor dizendo que não existe pretensão política ou social ao fazer uma piada, afirmando que o único objetivo do humorista é fazer com que a sua plateia ria. Deste modo, fica clara a posição de isenção de responsabilidade e certo conforto para se utilizarem de atitudes preconceituosas para fazerem humor.[...]

Disponível: <http://portalcomportamental.com.br/?p=200>.

O desembargador Benedicto Abicair, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, *determinou* nesta terça-feira (7/1) que o especial de Natal do Porta dos Fundos, veiculado pela Netflix, seja retirado do ar.

De acordo com a decisão, é “mais adequado e benéfico, não só para a comunidade cristã, mas para a sociedade brasileira, majoritariamente cristã, até que se julgue o mérito do agravo, recorrer-se à cautela, para acalmar os ânimos”.

O magistrado disse ainda que o Porta dos Fundos “não foi centrado e comedido” ao se manifestar sobre o especial de Natal nas redes sociais.

Especialistas ouvidos pela ConJur condenaram a decisão e qualificaram a determinação como “absurda” e “sem fundamento”. Para o jurista Lenio Streck, a decisão “demonstra duas coisas: primeiro, que o Judiciário pensa que pode ditar a moral e o comportamento da sociedade; segundo, mostra o fracasso da teoria do direito no Brasil”.

<https://www.conjur.com.br/2020-jan-08/censura-porta-fundos-absurda-fundamento>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

Considerando que os fragmentos de textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

OS LIMITES DO HUMOR E O ABUSO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Ao construir seu texto, apresente um exemplo de situação em que manifestação de humor pode significar abuso de direito e discuta maneiras de prevenir ou coibir esse tipo de comportamento.

Proposta de solução

A liberdade de expressão [tema] é direito fundamental previsto na Constituição Federal. Além disso, é um dos pilares de um Estado Democrático, visto que o exercício

do poder detido pelo povo depende da possibilidade de exposição do pensamento, do debate de diferentes ideologias e do direito a críticas, seara em que se encaixam as manifestações de humor. Contudo, apesar da sua envergadura, não é direito absoluto, eis que limitado por outros direitos de semelhante magnitude, como o direito à honra, imagem e privacidade [tese].

Primeiramente, mencione-se que o direito à liberdade de expressão não pode servir como manto protetor para o cometimento de crimes que venham a ofender direitos socialmente relevantes, visto que serve como instrumento para o exercício de outras liberdades, não para a sua supressão. Numa sociedade democrática, em que se visa à proteção de minorias historicamente vítimas de violência, discriminação e preconceito, são incabíveis as manifestações de humor que, sob o escudo da liberdade de expressão, marginalizem segmentos sociais, reproduzam relações de opressão e dominação, suprimam direitos, facilitem a exploração de pessoas, estimulem preconceitos de gênero, sexualidade, raça, classe social, origem, etnia.

Não mais se tolera o humor recheado de discurso de ódio, que reforce mecanismos de subjugação social em virtude de características físicas e biológicas, que naturalize preconceitos e que fomente situações de intolerância numa sociedade já repleta de tensões e intensamente polarizada. Situações em que a manifestação de humor pode significar abuso de direito ocorrem com frequência nos programas de auditório e nas "stand up comedies". Basta ver o fato de os humoristas Rafinha Bastos e Danilo Gentili já terem sido alvos de vários processos judiciais por conta de piadas cuja temática ofendeu a dignidade de mulheres.

Diante dessa situação, faz-se necessária a adoção de medidas para prevenir ou coibir esse tipo de comportamento. Uma delas é a submissão dos fatos à apreciação do Poder Judiciário, o qual possui a atribuição de analisar o caso concreto e aplicar sanções aos que cometerem ato ilegal. Outrossim, é papel do cidadão, público alvo dos comediantes numa ótica mercadológica, repudiar ou, simplesmente, não alimentar todo e qualquer comportamento que vise a diminuir outro ser humano, a suprimir-lhes direitos e a perpetuar a lógica da discriminação e do preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, a prova está chegando. Bate aquele “frio na barriga” de saber que vocês estão cada vez mais perto de realizar um grande sonho. Fiquem tranquilos!

Caso a prova venha com um tema difícil, não se desesperem! Respirem fundo, peçam ao fiscal de prova para irem ao banheiro e lembrem-se: se a prova está difícil para você, que estudou muito, então ela também estará difícil para todos. Aqueles que mantiverem a tranquilidade serão os aprovados. Costumamos dizer aos alunos que a diferença entre quem passa e quem não passa é justamente esta: **a capacidade de superar adversidades.**

Como nós também já estivemos aí do lado de vocês por longos anos, gostaríamos de lhes dar algumas dicas preciosas que servirão como um verdadeiro mandamento de boas práticas para que vocês façam uma excelente prova discursiva.



1.1 - Treine sua caligrafia



Conforme vimos em nossa aula demonstrativa, não costumamos escrever longos textos manuscritos em nosso dia a dia. Assim, é comum o candidato cansar logo nos primeiros parágrafos. Ademais, a letra tende a piorar com o cansaço, o que pode custar alguns pontos em apresentação textual. Para evitar essa situação, escreva, no mínimo, dois textos por semana até o dia da sua prova.

1.2 - Seja Objetivo



Alguns candidatos priorizam respostas longas, acreditando que assim explicarão melhor os tópicos. Contudo, aqui você pode cometer um erro gravíssimo: estender-se em aspectos que não foram perguntados. Prenda-se apenas às informações fundamentais para o entendimento da resposta, haja vista que você possui limitação do número de linhas para isso.

1.3 - Cuidado com os textos motivadores



É muito comum verificarmos candidatos detalhando os textos motivadores e se esquecendo do tema apresentado no comando da questão. Prestem bastante atenção, pois, em muitos casos, os temas não estão diretamente relacionados a esses textos. Seu foco deverá estar no TEMA!

1.4 - Prefira responder às perguntas na ordem apresentada



Como o examinador possui um roteiro (padrão de resposta) para cada item na mesma ordem da prova, é recomendável que você também siga essa sequência, pois facilitará a vida de quem estiver avaliando seu texto ao identificar se os tópicos foram devidamente abordados. Ajudando o examinador, você estará se ajudando!

1.5 - Controle seu tempo



É muito importante que você esteja atento ao uso do tempo durante a prova. Durante seu treinamento, certamente você irá adquirir a experiência necessária para reconhecer o tempo que irá despender para fazer uma excelente prova discursiva. Assim, tenha tudo sob controle! Esquematize sua estratégia e seja fiel a ela.

1.6 - Mantenha-se positivo



É imprescindível que você mantenha uma postura positiva durante a prova, mesmo se vier um tema difícil. Lembre-se que a dificuldade é para todos e somente quem conseguir se manter motivado é que apresentará as melhores respostas ao examinador.

1.7 - Alimentem-se durante a prova



É normal e até recomendável os candidatos fazerem a prova discursiva por último. Assim, ao se depararem com o tema, provavelmente algumas horas irão transcorrer e seu organismo estará cansado e com fome. Antes de iniciar, faça uma breve pausa para comerem e beberem algo (uma barrinha de cereal, um isotônico, etc.). Isso ajudará a manter o seu cérebro cheio de energia e evitará que a fome seja mais um empecilho durante a produção do texto.

1.8 - Revise seu texto e verifique se a progressividade temática foi respeitada



Antes de passar seu texto a limpo e entregá-lo ao fiscal de prova, faça uma boa revisão e verifique se todos os tópicos foram respondidos com boa progressividade temática, ou seja, se os tópicos estão se relacionando de forma alinhada com a **Tese** ou com o **Pressuposto Orientador** apresentados no parágrafo introdutório.



Essas dicas parecem ser simples, mas **funcionam como uma engrenagem** e, se uma delas falhar, todo o restante desanda. Estejam atentos a todos esses detalhes e façam uma excelente prova!

Bom, futuros servidores, chegamos ao final do nosso curso. Estejam certos de que alcançar a tão sonhada aprovação no cargo público é um objetivo extremamente possível de se realizar. Para isso, mantenham-se motivados, focados e disciplinados.

Por favor, não deixem de nos enviar notícias de aprovações! Esperamos ter contribuído um pouco com este curso para que isso se concretize na vida de vocês. Sucesso nas provas que virão, e que possamos um dia nos encontrar pelos corredores da Administração Pública, não como **Professor/Aluno**,

mas na condição de **Servidor/Servidor**.

Até breve, e parabéns por cumprir mais uma etapa rumo à sua aprovação!

Pessoal, chegamos ao final do nosso curso.

Espero que tenha sido proveitoso e que as dicas dadas nas correções lhes sirvam como instrumento de apoio para a conquista do cargo público.

Todo esforço valerá a pena!

Prof. Carlos Roberto

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.